



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**  
**CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL**  
**CURSO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS**  
**SOCIAIS E HUMANAS**

**ELIAS ABRAÃO FERREIRA**

**O ASSENTAMENTO RIO PERDIDO:**  
**MST E CONTRADIÇÕES DO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA**

**LARANJEIRAS DO SUL**

**2022**

**ELIAS ABRAÃO FERREIRA**

**O ASSENTAMENTO RIO PERDIDO:  
MST E CONTRADIÇÕES DO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para a obtenção do grau de Licenciado em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Laranjeiras do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Luiz Zeneratti.

**LARANJEIRAS DO SUL**

**2022**

## Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Ferreira, Elias Abraão

O ASSENTAMENTO RIO PERDIDO: MST E CONTRADIÇÕES DO  
PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA / Elias Abraão  
Ferreira. -- 2022.

57 f.:il.

Orientador: Doutor Fábio Luiz Zeneratti

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -  
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de  
Licenciatura em Interdisciplinar em Educação do Campo:  
Ciências Sociais e Humanas, Laranjeiras do Sul, PR,  
2022.

1. Assentamento. 2. Movimentos Socioterritoriais. 3.  
Territorialização. 4. Modo de Vida. I. , Fábio Luiz  
Zeneratti, orient. II. Universidade Federal da Fronteira  
Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**ELIAS ABRÃO FERREIRA**

**O ASSENTAMENTO RIO PERDIDO:**

**MST E CONTRADIÇÕES DO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para a obtenção do grau de Licenciado em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul - *Campus* Laranjeiras do Sul.

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em 07 de abril de 2022.

**BANCA EXAMINADORA:**



---

Prof. Dr. Fabio Luiz Zeneratti (UFFS) - Presidente / Orientador



---

Prof. Dr. Elemar do Nascimento Cezimbra (UFFS) – Avaliador



---

Prof. Dr. Roberto Antônio Finatto (UFFS) – Avaliador

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro de tudo, visto que não havia como começar por outra pessoa, a minha mãe, dona Maria Joaquina Ferreira, esta mulher camponesa, de fibra, batalhadora e revolucionária. Venho me esforçando para conseguir retribuir pelo menos um pouco de tudo o que já fez por nós.

Seguindo com os agradecimentos às mulheres revolucionárias, agradeço agora a minha companheira de vida, Ana Paula de Souza Cezar, pelo seu companheirismo, carinho, debates, indicações e correções, durante estes tão breves cinco anos. Que tenhamos muito tempo ainda, de estudo e companheirismo, como estes que se passaram.

Agradeço aos meus irmãos e irmãs, Antônio, Sandra, Rita, Nita e Tiago, que de alguma forma contribuíram nesse meu processo formativo, com caronas, dinheiro, empréstimos e carinho.

Agradeço meus grandes amigos e compadres Juliano Balbinott e Jeferson Bruno pelas ideias compartilhadas, pelos debates, as caronas, e tantas outras coisas que poderiam aqui ser citadas. Juliano, agradeço, também por ter me levado e motivado a estudar na UFFS. Meus agradecimentos à dois outros grandes amigos, Flávio Luiz e Gustavo Henrique, a vocês pelas ideias e caronas compartilhadas, pelos debates e algumas discussões também (risos). Inclusive, Gustavo, obrigado por todo o suporte técnico. Grato a todos os acadêmicos da Turma F e a todos os outros do curso de Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas, pelo convívio e experiências trocadas.

Agradeço a todos os Assentados que dedicaram um tempo de suas vidas para me receber, nestes dias de trabalho de campo, bem como a socialização de seus conhecimentos, histórias, lutas e experiências de vida.

Agradeço a Banca por aceitar o convite para analisar e avaliar este trabalho e por contribuir para a finalização dessa monografia.

Por fim, meus agradecimentos agora ao meu orientador, Prof. Dr. Fábio Luiz Zeneratti, que tanto me auxiliou na construção deste trabalho, grato por todas as orientações, dicas, textos, convites e elogios, você é um excelente orientador e professor, é também uma inspiração.

Gratidão a todos.

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar as contradições do processo de territorialização do campesinato do Assentamento Rio Perdido, localizado no município de Quedas do Iguaçu - Paraná, destacando a relação entre o Assentamento e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Este trabalho parte do referencial teórico inserido no Paradigma da Questão Agrária (PQA) para compreender o objeto em estudo. No primeiro capítulo analisa-se, a partir de revisão bibliográfica, a relação do MST e os acampamentos de camponeses sem terra, levando em consideração os Movimentos Sociais como categoria geográfica, nesse caso, considerando-os enquanto Movimento Socioterritorial. Em seguida, aborda-se a formação do MST no Paraná e a história da comunidade em questão. No segundo capítulo são analisadas as perspectivas, projetos e relações do MST com os assentamentos, bem como suas transformações ao longo da história do Movimento. O terceiro capítulo do trabalho analisa o modo de vida camponês em consonância com os referenciais teóricos e dados coletados em campo a fim de sistematizar os distanciamentos e aproximações entre a proposta de organização produtiva e social do Movimento e a dos camponeses assentados. A metodologia de coleta de dados foi a partir de entrevistas semiestruturadas com parte das famílias que residem no Rio Perdido desde o período da ocupação. A pesquisa evidenciou que o processo de territorialização dos camponeses é marcado por aproximações e, por vezes, distanciamentos entre eles e o MST. Isso é motivado pela própria dinâmica organizativa de suas vidas sociais e produtivas, primeiro no acampamento e depois no assentamento.

**Palavras-chave:** Assentamento; Movimentos Socioterritoriais; Territorialização; Modo de Vida.

## ABSTRACT

This work aims to analyze the contradictions of the process of territorialization of the peasantry of the Rio Perdido Settlement, located in the municipality of Quedas do Iguaçu – Paraná, highlighting the relationship between the Settlement and the Landless Rural Workers Movement (MST). This work starts from the theoretical framework inserted in the Agrarian Question Paradigm (PQA) to understand the object under study. In the first chapter, based on a bibliographic review, the relationship between the MST and the camps of landless peasants is analysed, taking into account the Social Movements as a Geographical Category, in this case, considering them as a Socio-territorial Movement. Then, the formation of the MST in Paraná and the history of the community in question are discussed. In the second chapter, the perspectives, projects and relations of the MST with the settlements are analyzed, as well as their transformations throughout the history of the Movement. The third chapter of the work analyzes the peasant way of life in line with the theoretical references and data collected in the field in order to systematize the distances and approximations between the productive and social organization proposal of the Movement and that of the settled peasants. The data collection methodology was based on semi-structured interviews with part of the families that have lived in the Rio Perdido since the occupation period. The research showed that the process of territorialization of peasants is marked by approximations and, sometimes, distances between them and the MST. This is motivated by the very organizational dynamics of their social and productive lives, first in the camp and later in the settlement.

**Keywords:** Settlement; Socioterritorial Movements; Territorialization; Life Mode.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Mapa 01 – Localização do Assentamento Rio Perdido, Quedas do Iguaçu, Paraná.....	20
Mapa 02 – Assentamento Rio Perdido, Quedas do Iguaçu, Paraná.....	21
Imagem 01 – Cultivo de milho e criação de gado no Assentamento Rio Perdido.....	41



## **LISTA DE SIGLAS**

CCA – Centrais Estaduais de Cooperativas de Reforma Agrária  
CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil  
COVID- 19 – Corona Vírus Disease 2019  
CPA – Cooperativas de Produção Agropecuária  
CPS – Cooperativas de Prestação de Serviços  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
CRA – Certificados de Recebíveis do Agronegócio  
FINAPOPOP – Financiamento Popular da Agricultura Familiar  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
MASTRO – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná  
MIRAD – Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos  
PCA – Paradigma do Capitalismo Agrário  
PQA – Paradigma da Questão Agrária  
PROCERA – Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária  
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento Agricultura Familiar  
SCA – Sistema de Cooperativas dos Assentados  
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais  
TDA – Títulos da Dívida Agrária  
UDR – União Democrática Ruralista

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. O MST E A QUESTÃO AGRÁRIA: DEBATES E EMBATES.....	12
2.1. A Questão agrária no debate teórico sobre o campo brasileiro.....	12
2.2. O MST e os acampamentos de Sem Terras.....	15
2.3. A formação do MST no Paraná.....	17
2.4. O Assentamento Rio Perdido: formação e organização.....	19
3.OS ASSENTAMENTOS DO MST: PRODUÇÃO, ORGANIZAÇÃO E MUDANÇAS	25
4. O ASSENTAMENTO RIO PERDIDO: TERRITORIALIZAÇÃO, DISTANCIAMENTOS E APROXIMAÇÕES COM O MST .....	37
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	50
REFERÊNCIAS .....	51
APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas semiestruturado para pesquisa de campo .....	54
ANEXO A – Croqui com os lotes do Assentamento Rio Perdido .....	56

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho busca analisar as contradições no processo de territorialização dos camponeses do assentamento Rio Perdido, localizado no município de Quedas do Iguaçu, na mesorregião Centro sul paranaense, bem como identificar os distanciamentos e aproximações do assentamento/assentados com as propostas de organização (social e produtiva) do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Este assentamento é constituído por apenas uma comunidade, são ao todo 58 lotes, mais o lote da sede. Pesquisar este território é de grande importância, pois está situada entre as ocupações dos primeiros anos de consolidação do MST. Os camponeses ocuparam a área em 1985, posteriormente, em 1987, a área foi “adquirida pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD)” (ROOS, 2009, p. 105), todavia, a consolidação do assentamento, ou seja, finalização da demarcação e distribuição dos lotes para as famílias, só ocorreu cinco anos mais tarde, no ano de 1992. Além disso, é a primeira conquista da Reforma Agrária numa das regiões de maior disputa por território do estado do Paraná, marcada pela luta contra o latifúndio da empresa Araupel S.A.

Compreender a política de assentamentos do MST e o dinamismo agrário regional, também se justifica, pela trajetória do pesquisador enquanto acadêmico, pré-assentado e filho de assentados. Neste sentido, esta pesquisa ganha relevância, pois, analisa as formas de produção agropecuária e de organização social na área do Assentamento Rio Perdido. Além disso, esta pesquisa pode contribuir no sentido de formulações teóricas e práticas que possam, de alguma forma, ajudar os sujeitos do campo na luta para permanecer na terra depois da criação dos assentamentos.

Neste sentido, o objetivo da pesquisa foi compreender os distanciamentos e as aproximações entre as propostas desenvolvidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o praticado atualmente no Assentamento Rio Perdido. Para isso foram definidos como objetivos específicos compreender a luta pela terra e a formação do MST no Paraná; identificar as propostas e a organização do MST durante os acampamentos de sem terras; identificar as motivações que levam aos arrendamentos dos lotes e ao assalariamento no assentamento; e, avaliar possíveis distanciamentos entre o MST e os camponeses assentados.

A metodologia da pesquisa consistiu no estudo teórico bibliográfico, com autores que compõem o estudo sobre a Questão Agrária, especialmente relacionados à luta pela terra, campesinato, reforma agrária e movimentos sociais.

Em seguida se realizou pesquisa de campo, para identificar a dinâmica de organização e produção do Assentamento Rio Perdido, para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, compostas por um conjunto de questões abertas preestabelecidas. Foram entrevistadas seis famílias, todas elas participaram do acampamento e estão atualmente assentadas. Para garantir o anonimato das fontes orais seus nomes foram substituídos por números no texto, assim como, qualquer outra referência mais direta que pudesse os identificar foi omitida.

A pesquisa demonstrou que é possível notar certo distanciamento em relação às propostas que pairam principalmente nas áreas de acampamento, onde o vínculo com o Movimento é mais intenso, e as contradições diante do que acontece quando os assentamentos são constituídos. No caso em análise, isso se deve pela dinâmica interna dos lotes, onde o trabalho exige dedicação integral, limitando muitas vezes a atuação junto ao Movimento.

Por fim, cabe destacar ainda, que este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi desenvolvido em diálogo com discussões realizadas no Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional (GPDR) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Laranjeiras do Sul, do qual o autor participa e integra a Linha de Pesquisa Questão Agrária e Dinâmicas Regionais. Além disso, este trabalho se insere como parte dos resultados do Projeto de Pesquisa “Representações da luta pela terra no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu/PR”, justamente por ser mais um esforço na tentativa de compreender a luta pela terra na região. Agradecemos à UFF pelo apoio (Edital 121/UFFS/2021, Grupo 3, Faixa C).

## 2. O MST E A QUESTÃO AGRÁRIA: DEBATES E EMBATES

### 2.1. A Questão agrária no debate teórico sobre o campo brasileiro

O capitalismo se tornou o modo de produção hegemônico no mundo, apresentando-se com especificidades nas diferentes sociedades. No Brasil compreender esse processo exige o entendimento do conceito de “questão agrária”, pois aqui as relações sociais presentes no campo influenciam os demais espaços de produção e vida.

Retomando as origens do termo “Questão Agrária” como define Germer (2014):

A expressão *questão agrária* é a tradução de um termo alemão – Agrarfrage – que surgiu no ambiente e na literatura marxistas e socialistas europeus do final do século XIX, que melhor se traduz como *problema agrário*, porque o termo e a discussão referiam-se a um grave problema que o movimento dos trabalhadores e o movimento marxista e socialista enfrentavam na ocasião. (p. 13, grifos do autor).

De tal forma, o conceito pressupõe as dificuldades que os teóricos marxistas encontravam ao desenvolver estudos a respeito do espaço rural na Alemanha, por não se encontrar “classificações” adequadas para os sujeitos do campo. A dificuldade estava na tentativa de enquadramento dos mesmos à condição de sociedade dividida em duas classes majoritárias: “A sociedade se divide cada vez mais em dois grandes campos inimigos, em duas classes que se opõem frontalmente: burguesia e proletariado.” (MARX; ENGELS, 1998, p. 10).

Já Stédile (2012) define questão agrária da seguinte forma:

[...] como originalmente interpretado pelos pensadores clássicos evoluiu nas últimas décadas. Hoje há um entendimento generalizado de que a “questão agrária” é uma área do conhecimento científico que procura estudar, de forma genérica ou em casos específicos, como cada sociedade organiza, ao longo de sua história, o *uso*, a *posse* e a *propriedade* da terra. (p. 642 – 643, grifos do autor).

Ao longo da história os estudos referentes ao campo e ao capitalismo no Brasil foram demasiados polêmicos, até mesmo no exterior. Por mais que vários desses estudos divergissem entre si, tinham uma ligação com os partidos políticos de esquerda e os objetivos comuns de traçarem melhorias para a classe trabalhadora.

Neste sentido, dentro do campo de estudos agrários uma das possibilidades para compreender a questão agrária é situá-la a partir de duas grandes linhas de interpretação. O Primeiro

é o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA), já o segundo é o Paradigma da Questão Agrária (PQA), como aponta Félix (2015):

A primeira grande tendência é a do Paradigma do Capitalismo Agrário - PCA, que parte de problema conjuntural e se restringem as formulações dentro do sistema capitalista. Em contraponto, estabelece-se o Paradigma da Questão Agrária – PQA, que enxerga e analisa os problemas do campo como sendo estruturais, cujo estudos que adotam essa linha de pensamento identificamos contradições e os conflitos no campo. (p. 6).

Os autores do PQA compreendem que o grande problema está no próprio sistema capitalista, vigente na sociedade. Desta forma estes autores se dividem em mais duas subcorrentes, uma que tende a proletarização do campesinato, conforme vai ocorrendo o processo de expansão capitalista e sucessivamente a interação do mesmo com a forma de produção camponesa. Já na segunda subcorrente, os autores compreendem como um processo de recampesinização, ou seja, esta subcorrente é “campesinista que tem como ênfase as relações sociais camponesas e seu enfrentamento com o capital” (FERNANDES, 2013, p. 69).

Já os autores do PCA compreendem a problemática na capacidade ou incapacidade do camponês em se adaptar, se reformular e então assumir a característica de agricultor familiar. Como disserta Abramovay (2007), ao fazer o estudo do modo de vida camponês e o modo econômico que se constitui entendendo que não há um limite de estudo, tomando como principal base o estudo antropológico e as relações sociais com a economia capitalista.

Abramovay (2007) busca analisar e conceituar a vida do camponês com auxílio de autores neoclássicos. Neste sentido, destaca o paradigma de que o camponês é um sujeito que vive sobre um modo de vida para sua subsistência e não com visão econômica, que tem total ou parcial domínio de sua produção. Independentemente do conjunto de circunstâncias exteriores em que está envolvido o camponês, ele se caracteriza em relações sociais com a própria família e com a comunidade, compartilham uma ética de subsistência, na qual há cultura de troca de serviços entre os sujeitos de uma mesma comunidade.

Neste contexto, para o autor, os camponeses se caracterizam pelo conjunto de laços tradicionais, sentimentos e pelo controle efetivo de um pedaço de terra, sua ligação com poderes exteriores vinculados interpessoalmente pelo mercado, utiliza do mesmo tanto para a compra (suplementos e insumos) quanto para a venda (grãos e produções).

A parcialidade da sociedade camponesa vem exatamente de que, embora organizada em torno de códigos sociais próprios - cuja organização escapa à razão estritamente econômica - ela se relaciona com o mundo exterior também através dos vínculos econômicos dados pela venda de mercadorias. (ABRAMOVAY, 2007, p. 112).

As relações de troca comercial, inseridas no mercado capitalista, introduz sua forma de obtenção de ganhos financeiros no território camponês. Os bancos acumulam fornecendo crédito para máquinas e insumos, as empresas multinacionais que captam a produção, ou através de cooperativas agrícolas, desvinculam os mercados locais dos camponeses. Assim, transformando a agricultura camponesa, segundo avaliação de Abramovay (2007), em agricultura familiar, produtora de *commodities*, cuja qual não pertence a sua cultura e nem ao modo de vida, portanto, desposando de seus laços ancestrais ou tradicionais e avançando na direção das relações de mercado capitalista.

Para Abramovay (2007), o camponês se transforma em agricultor familiar, passando a buscar vínculos constantes com o mercado, incorporando tecnologias e insumos industriais ao processo produtivo. O agricultor familiar, para o autor, é o novo sujeito do campo brasileiro, integrado ao mercado e modernizado, sendo o camponês o sujeito do passado e envolvido por laços tradicionais em vias de mudanças a partir da ampliação das relações de mercado.

Esta proposta analítica apresenta grandes contribuições para compreender o campo brasileiro, contudo optamos nesta pesquisa por seguir as orientações de Shanin (2005, p. 15) e considerar “os camponeses como o que realmente são, isto é, ‘uma classe’”.

Esta perspectiva teórica se alinha ao Paradigma da Questão Agrária (PQA), portanto reconhece as contradições causadas pelo sistema capitalista, ou seja, “reconhece que as desigualdades são provocadas pelo capitalismo e lutar contra o capital significa uma possibilidade de transformação estrutural da sociedade” (ZENERATTI, 2014, p. 6-7).

Para tal proposição, se faz necessária a reflexão de Almeida e Paulino (2000), em que as autoras colocam a necessidade do cuidado ao estudar o campo, uma vez que o:

[...] desvendamento dos elementos subjacentes à configuração do território brasileiro, tarefa dos geógrafos, não pode ser feito a contento sem um olhar cuidadoso para o campo, cujo emaranhado de relações confere significação inclusive às formas históricas e rumos que essa sociedade vem trilhando. (ALMEIDA; PAULINO, 2000, p. 113).

É preciso buscar a identificação dos sujeitos e da realidade que os mesmos estão inseridos, identificar de fato o contexto do qual se trata. Neste sentido, precisamos conhecer para se pautar a construir outra realidade, pois como evidenciam Almeida e Paulino (2000, p. 116) a partir de Chayanov (1974) “[...] qualquer tentativa de construção de futuras formas econômicas deveria partir necessariamente da realidade existente”.

Sendo assim, esta pesquisa parte da compreensão da realidade existente, pois analisa a dinâmica territorial da qual o Assentamento Rio Perdido faz parte. Outros estudos já foram

realizados na comunidade, como “A luta pela terra em Quedas do Iguaçu e a conquista camponesa dos assentamentos Celso Furtado e Rio Perdido”, sendo este trabalho parte de uma dissertação de mestrado de Roos (2011) e outro realizado por Carletto (2007), com o título “Assentamento Rio Perdido: história e mobilidade social (1985 – 2007)”. Ambos os trabalhos traçam o percurso histórico da comunidade, no primeiro caso com maior ênfase e base na coleta de informações a partir de entrevistas com os integrantes da comunidade.

Já na segunda pesquisa, a ênfase está na busca de dados por meio de pesquisas bibliográficas, entretanto, também aparecem algumas entrevistas com membros do assentamento. Vale ressaltar que ambos os trabalhos foram importantes e contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa.

## **2.2. O MST e os acampamentos de Sem Terras**

Os acampamentos e assentamentos são a espacialização e territorialização do MST. Para entender e fomentar esta afirmação buscaremos embasamento teórico em Fernandes (2000), onde ele propõe a interpretação dos movimentos sociais a partir de uma categoria geográfica. Neste sentido, o autor propõe a reflexão a partir de duas perspectivas: os movimentos socioespaciais são aqueles que têm o espaço geográfico como trunfo; e os “movimentos socioterritoriais são todos os que têm o território como trunfo” (FERNANDES, 2000, p. 61), este é caso específico do MST.

O Movimento em questão tem como princípio central a conquista do território. Entretanto, o caminho e a conquista possui uma dimensão socioespacial que se dá no processo de ocupação, entendido como forma de luta, oriunda da resistência na criação e recriação do campesinato e nas experiências, por estes, acumulada. A ocupação é condição inerente à sobrevivência do Sem Terra, na sua construção e reconstrução enquanto camponês, dada a condição de experiência por ele vivida, também é símbolo da disputa da terra enquanto condição de trabalho e sobrevivência, em oposição a terra na condição de negócio e exploração (FERNANDES, 2000).

As ocupações do MST são em áreas de latifúndios e/ou terras devolutas e griladas. Os acampamentos são organizados de acordo com cada região, partindo das necessidades identificadas e em parte da autonomia dos dirigentes e sem terras de cada espaço específico. As necessidades e caminhos a serem seguidos são identificados a partir da espacialização do Movimento Sem Terra, ou seja, da sistematização e socialização das experiências vivenciadas em outros espaços ou



momentos, junto às análises da conjuntura que acontecem em reuniões, formações, encontros, seminários, entre outros (FERNANDES, 2000).

Referente aos acampamentos, Fernandes (2000) afirma que:

[...] são espaços e tempos de transição na luta pela terra. São, por conseguinte, realidades em transformação. São uma forma de materialização da organização dos sem-terra e trazem em si os principais elementos organizacionais do movimento. Predominantemente, são resultados de ocupações. São, portanto, espaços de lutas e de resistência. Assim sendo, demarcam nos latifúndios os primeiros momentos do processo de territorialização da luta. As ações de ocupar e acampar interagem os processos de espacialização e territorialização. Podem estar localizados dentro de um latifúndio ou nas margens de uma estrada, conforme a conjuntura política e a correlação de forças (p. 76).

Dentro dos acampamentos os camponeses são organizados em equipes ou comissões para realizar atividades e garantir as condições necessárias da vida coletiva, educação, saúde, segurança, entre outros, e envolvem um alto número de pessoas no processo de organicidade (FERNANDES, 2000). Tal organicidade varia de um acampamento para o outro de acordo com suas demandas específicas, como o caso do acampamento que deu origem ao Assentamento Celso Furtado, também em Quedas do Iguaçu, onde “foram formados os setores de educação, alimentação, infraestrutura e produção, saúde, disciplina e ronda, finanças e esporte e lazer. As famílias que compunham os setores ficavam responsáveis por participar das reuniões e passar os informes às demais famílias do grupo” (ZENERATTI; LIMA; VALCARENGHI, 2020, p. 429).

O período de acampamento constitui em si um espaço de luta e resistência, também é a configuração da espacialização da luta, enquanto o assentamento é a concretização da territorialização camponesa. Ou seja, a territorialização é um conceito em movimento que representa as ações deferidas, neste caso, pelo MST na conquista da terra, é o processo de entrada no território, para se territorializar (FERNANDES, 2000).

Por outro lado, a luta e a resistência se dá também em outros espaços e atos que não se restringem aos limites da área ocupada, são marchas e/ou romarias inspiradas em outros momentos de lutas da classe trabalhadora: “os sem-terra ocupam a terra, prédios públicos e os transformam em espaços políticos para denunciar os significados da exploração e da expropriação, lutando para mudar suas realidades” (FERNANDES, 2000, p. 79).

No que tange os primeiros anos de sua consolidação, o MST (2014) aponta que no final da década de 1970 e início da de 1980 os camponeses lutavam apenas pela terra, apesar de seu radicalismo e impactos que sua luta causou no sistema vigente, ainda se enquadrava como uma reivindicação de Reforma Agrária dentro dos moldes burgueses. Entretanto:

[...] a radicalidade das lutas, a reação contrária dos latifundiários e do Estado burguês e a explicitação de bandeiras de lutas progressistas e revolucionárias [...] ajudaram o MST a ocupar um espaço destacado nas lutas populares do nosso país e a politizar a luta pela reforma agrária (MST, 2014, p. 24).

Com a espacialização a nível nacional, o MST definiu como bandeira de luta a Reforma Agrária.

É neste sentido que o Movimento Sem Terra buscou consolidar suas bandeiras, traçar seus objetivos e princípios de luta, bem como estabelecer um Programa Agrário, tendo em vista que “há claramente uma disputa de modelos de agricultura, o dos camponeses versus o do agronegócio, incompatíveis entre si” (MST, 2014, p. 27). Sendo assim, “na atualidade, a luta pela terra e pela Reforma Agrária mudou de natureza, frente ao modelo de desenvolvimento econômico vigente no país. Não há mais espaço para uma reforma agrária clássica burguesa” (MST, 2014, p. 29) e “a luta pela reforma Agrária se transformou numa luta de classes, contra o modelo do capital para a agricultura para brasileira” (MST, 2014, p. 29).

Dessa forma, o Programa Agrário defendido pelos camponeses sem terras, visa uma autonomia que disputa o controle de sementes, das águas e das florestas, da biodiversidade. Sendo que “a reforma agrária tem como base a democratização da terra, mas busca produzir alimentos saudáveis para toda população” (MST, 2014, p. 32), e também se relaciona com a classe operária na medida em que busca a “construção de relações sociais de produção que eliminem a exploração, a concentração da propriedade privada, a injustiça e as desigualdades. O nosso horizonte é, pois, o da superação do modo de produção capitalista” (MST, 2014, p. 31).

Tendo em mente a busca pela consolidação da Reforma Agrária Popular o MST elabora os fundamentos de seu Programa e a proposta que visa consolidar, a partir do acúmulo de forças, a superação do modo capitalista de produção e apropriação da terra e dos bens da natureza.

### **2.3. A formação do MST no Paraná**

Os movimentos sociais isolados têm a sua organização limitada a um pequeno município ou região para efetivar uma ocupação. Geralmente apoiados por partido políticos, organizações sindicais ou entidades com vínculo religioso, quando o interesse desses movimentos toma dimensões mais amplas, inserindo a espacialização das ações e na efetivação da territorialização, eles tornam-se movimentos socioespaciais e socioterritoriais. O MST, entendido com um movimento socioterritorial, tem sua origem nos movimentos sociais isolados de luta pela terra e é

também, uma condição inerente causada pela expansão capitalista no campo brasileiro (FERNANDES, 2000).

No Paraná, a compreensão da formação dos movimentos socioterritoriais e das lutas do campesinato é, na sua totalidade, essencialmente indexada ao desenvolvimento, expansão e expropriação capitalista. Alguns exemplos da expropriação capitalista e a tentativa de aniquilação do campesinato no Paraná são: num passado mais distante, primeira metade do século XX, a Guerra do Contestado, na divisa sudoeste com Santa Catarina; a partir da segunda metade do século XX a Guerrilha de Porecatu, disputa de terras devolutas entre posseiros e grandes proprietários de terra; e o Conflito do Sudoeste entre colonos e uma empresa madeireira e imobiliária (ROOS, 2009).

Dois fatores do capitalismo, importantes de serem nomeados e que dizem respeito a expulsão dos camponeses no estado do Paraná, foram a “modernização conservadora” e a construção de complexos hidrelétricos. No primeiro deles, houve uma reestruturação do espaço agrário no estado, implantando novas técnicas de exploração capitalista no campo, além de manter e ampliar a concentração fundiária provocando a expulsão dos camponeses de suas terras. Já no segundo caso, diz respeito a expulsão de pequenos proprietários que habitavam em áreas afetadas pelas construções de hidrelétricas (ROOS, 2009).

A expulsão dos pequenos proprietários, resultou na sua organização, – apoiados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e por Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) – para reivindicar uma indenização palpável, frente a injustiça sofrida. Esta organização foi base para o surgimento do “Movimento Justiça e Terra”, que mais tarde foi base na formação do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (FABRINI; MARQUES; ROOS, 2007).

As lutas deste período, realizadas no Paraná e em outros estados do Sul, Sudoeste e Centro do país, culminaram em uma reunião dos trabalhadores rurais realizada em Medianeira no ano de 1982. A partir de então, várias ocupações de latifúndios começaram a surgir em diversos estados que passaram a ser coordenadas, como também outras frentes de lutas. Neste contexto:

Em 1984, foi realizado em Cascavel o primeiro encontro de caráter nacional dos trabalhadores rurais sem terra. Neste encontro foram definidos os princípios e as formas de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Foi realizado, também no Paraná (Curitiba), o I Congresso Nacional do MST em 1985. As ocupações foram definidas como a principal forma de luta. Neste Encontro também foi definida uma Coordenação Nacional (FABRINI; MARQUES; ROOS, 2007, p. 37).

Logo, o MST surge como movimento socioterritorial, pois promove a espacialização da luta a nível nacional, unificando diversos movimentos isolados de luta pela terra. Trazendo consigo uma nova forma de enfrentamento, frente à expropriação capitalista, embasada no acampamento,

ocupação de terras, passeatas, entre outras ações. O Movimento assumiu também um caráter de popular: “os camponeses organizados no MST passaram a recusar a proletarização, a ‘exclusão’ e a conseqüente perda dos seus valores, visualizando na luta a possibilidade de retorno a terra, ao cultivo de seus saberes e principalmente à manutenção da vida de sua família” (ROOS, 2009, p. 103).

A ampliação da espacialização do Movimento, bem como a influência na forma de luta de outros movimentos, coloca o Estado como o centro das reivindicações, além de consolidar uma nova característica da identidade de parte dos sujeitos do campo: o “Sem Terra”.

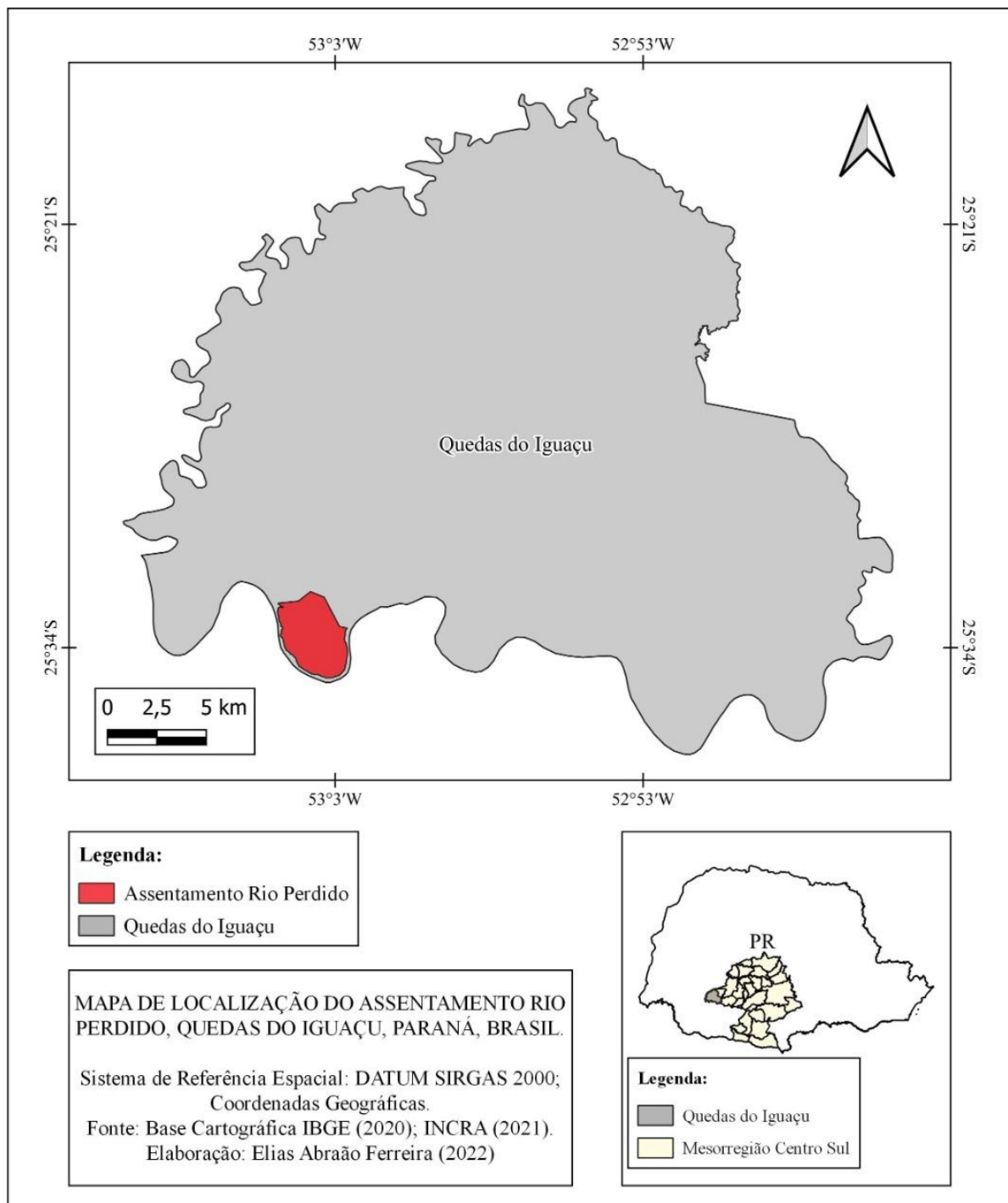
Dentre os enfrentamentos mais expressivos, no sentido quantitativo, cabe destacar algumas ocupações no latifúndio em posse da empresa Araupel S.A. Uma delas com mais de 3.000 famílias aconteceu no município de Rio Bonito do Iguaçu em 1996 (ROOS, 2009, p. 95 – 111), posteriormente, em Quedas do Iguaçu, aconteceu a formação do acampamento “Bacia” em 1999 e em 2003 a do acampamento “Silo”. Todos os três foram vitoriosos na luta contra a empresa e se constituíram como assentamentos (ZENERATTI; LIMA; VALCARENGHI, 2020).

Estas ocupações citadas são importantes, pois demonstram que a estratégia de luta do MST pode levar a territorialização camponesa, mas também, evidencia os conflitos fundiários na região onde está localizado o Assentamento Rio Perdido, em Quedas do Iguaçu. Inclusive, pouco antes da formação destes acampamentos citados, ainda no ano de 1985, houve ocupação na fazenda Rio Perdido, objeto de estudo deste trabalho. Até a ocupação a fazenda era propriedade de Darci Mário Fantin, conhecido localmente como “Texeirinha”. Todavia, antes de ser adquirida por Texeirinha, era de posse do grupo Giacomet Marodin Ind. de Madeiras S.A., atual empresa madeireira Araupel S.A.

#### **2.4. O Assentamento Rio Perdido: formação e organização**

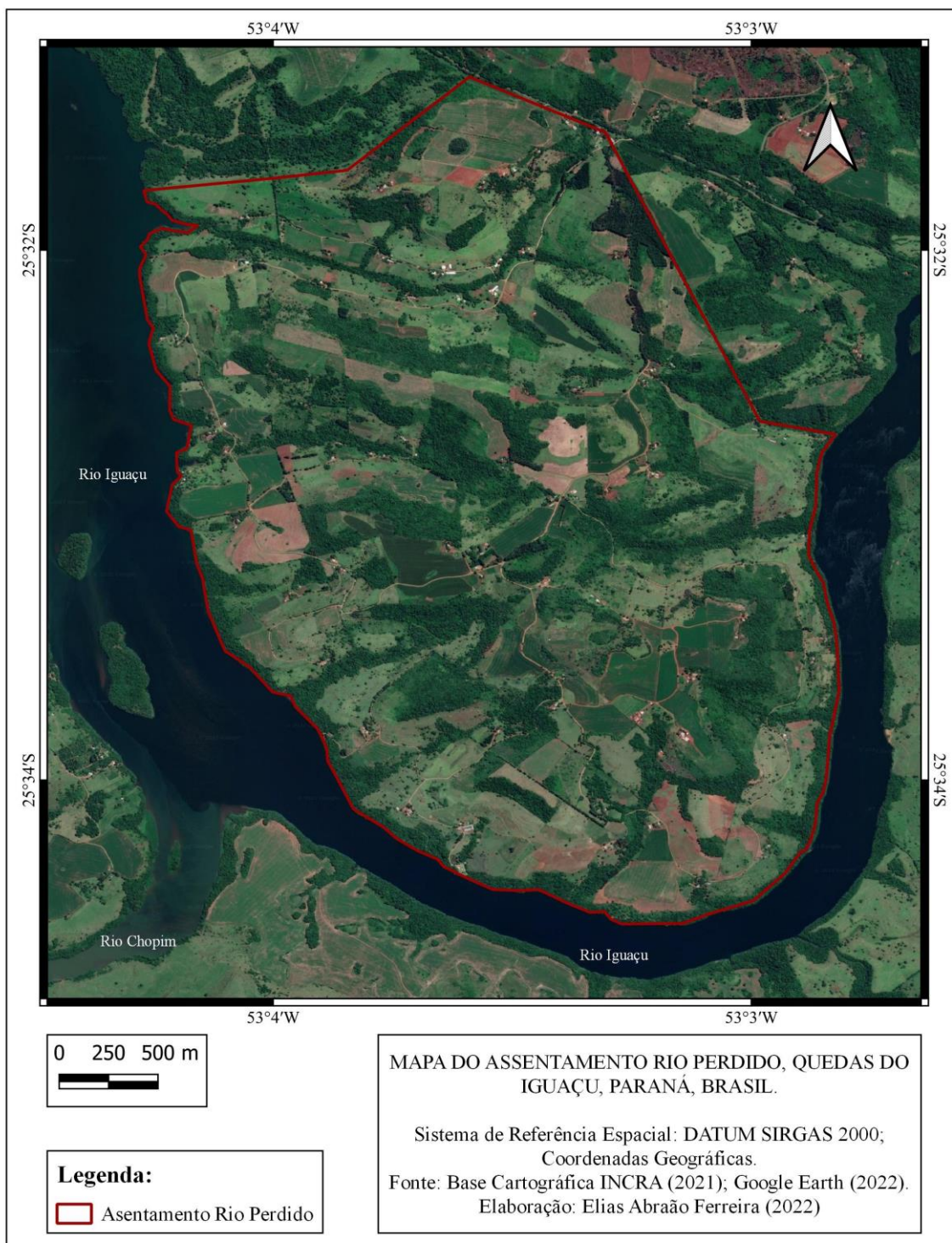
O assentamento Rio Perdido é constituído de 58 lotes, mais o espaço da comunidade, está localizado no município de Quedas do Iguaçu – Paraná, como pode ser observado no Mapa 01.

Mapa 1 – Localização do Assentamento Rio Perdido, Quedas do Iguaçu, Paraná



O município tem características agrárias de grandes extensões fundiárias, destinadas a pecuária, extração de madeira e cultivo de milho e soja. Na região onde o mesmo está situado, há um alto número de “camponeses sem terra” inseridos dentro de diversos assentamentos (ROOS, 2011). O Assentamento Rio Perdido é um desses assentamentos e pode ser visualizado no Mapa 02.

Mapa 02 - O Assentamento Rio Perdido, Quedas do Iguaçu, Paraná



No que se refere ao município, Quedas do Iguaçu é palco de disputas e lutas pela terra devido a sua história agrária, conforme destaca Roos (2011):

A propriedade da terra concentrada e a existência de muitas famílias expropriadas e expulsas do campo fazem o município de Quedas do Iguaçu se destacar nos conflitos por terra na região e no Estado do Paraná. O município se constitui assim, como um centro de

luta dos camponeses vinculados aos movimentos sociais. Nele existem atualmente dois assentamentos: Rio Perdido com 60 famílias e Celso Furtado com 1089 famílias assentadas. (ROOS, 2011, p. 61).

Além desses, cabe destacar, a ocupação das fazendas Campo Novo e Três Elos em 2006, por parte das famílias excedentes, após a concretização do assentamento Celso Furtado. Já em Julho de 2015, houve a ocupação de parte do complexo Rio das Cobras, na área denominada “Projeto 4” e posteriormente em março de 2016, integrantes do Movimento realizaram a ocupação de mais duas fazendas do mesmo complexo, sob posse de outro latifundiário, denominadas “Dona Hilda” e “Santa Rita”. Vale ressaltar que a área de todos os acampamentos e assentamentos citados, em determinado momento, eram de domínio da empresa Araupel S.A.

O Assentamento Rio Perdido começou a ser constituído a partir da organização em acampamento, inicialmente em 1984, período de redemocratização do Brasil. De início eram dois grupos de acampados, um composto por 21 famílias e outro com 109. O primeiro grupo, com 21 famílias, estava situado às margens da PR-473 eram oriundas do município de São Jorge do Oeste, certamente dispostas a realizar o que Fernandes (2000) chama de ocupação isolada e espontânea, norteados pela demanda da sobrevivência.

Já na dimensão política, destaca (ROOS, 2011, p. 75) que:

O fato destes camponeses terem se auto-organizado, ou seja, sem o auxílio de sindicato ou movimento “estruturado”, revela que os camponeses são sujeitos políticos que possuem autonomia e sua luta não é realizada exclusivamente naqueles movimentos sociais, tidos como “oficiais”. Esta situação é indicativa da formação de um movimento a partir do envolvimento conjunto na luta.

O argumento apresentado pelo autor pode ser confirmado, pois o grupo menor, que o autor chama de “camponeses arrendatários”, não tinham vínculo com nenhum sindicato ou movimento social, mas tinha a vontade de adquirir seu próprio pedaço de terra e capacidade de pensar e se organizar a partir de experiências vividas em outros momentos da história, como relatado por um dos entrevistados:

Quando entraram na Araupel [...] foi em 81 [...] não tinha organização de Movimento nenhum, tinha organização deles assim, mas cada um ir pegar o seu... entrava na terra e tirava seu lote... daí os guardas cercaram eles, né? Não deixaram. Então, conversando achamos a melhor forma formar o grupo e ficamos na BR um tempo. (Família 2, março de 2022).

Sendo assim, este primeiro grupo de camponeses, sem vínculo ou organização a partir de sindicatos, se organizaram e se acamparam as margens da PR-473. E tendo plena consciência da

força antagônica que estavam enfrentando “Nós já planejávamos, mas o grupo estava pequeno ainda, daí nós corríamos o muito risco, daí tinha... estava esperando juntar mais grupos, juntar mais gente pra reforçar o grupo.” (Família 2, março de 2022).

Já o outro grupo, com 109 famílias, vindas de Nova Prata do Iguaçu, fazia parte de organizações sociais, entre elas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). (ROOS, 2011). Um dos entrevistados relata como foi o contato entre os que vieram de Nova Prata com primeiros camponeses acampados: “Como o pessoal do Movimento fazia essas vigilâncias, conferindo e tal, né? Aí o pessoal veio aqui falar com a turma dos [...] que eram acampados no Salto Osório, então daí nós escolhemos vim pra cá” (Família 3, março de 2022), ou seja, entraram em acordo de unir forças para enfrentar o latifúndio.

No período de acampamento as famílias eram organizadas em grupos de 10, contando com um coordenador em cada grupo, mais uma coordenação geral do acampamento. Sendo as reuniões organizadas e realizadas nos barracos dos coordenadores e buscando seguir os princípios da coletividade, com as decisões maiores sendo tomadas a partir de votações realizadas em assembleias (ROOS, 2011).

A coordenação geral, além de ter a tarefa de dialogar com o Poder Público e órgãos “também possuía a função de cuidar de necessidades imediatas dos camponeses, como alimentação, saúde, educação, segurança, etc. Para tanto, a coordenação se dispunha em comissões visando atender cada área e também inserir os acampados na organização” (ROOS, 2011, p. 78).

Cabe destacar que a conquista do assentamento se deu a partir da aquisição da terra.

[Em] 1987 o então Ministro de Estado da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, através da Portaria Nº. 233/87 autorizou a aquisição de uma área de 1.200,00 ha e benfeitorias existentes sobre a mesma. A fazenda Rio Perdido foi adquirida pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) pelo montante de Cz\$ 32.472.000,00 (Cruzados), pagáveis em TDA (Títulos da Dívida Agrária) tendo como prazo cinco anos e resgate a partir do segundo ano na proporção de 25% (ROOS, 2009, p. 105).

Fato criticado por Roos (2011): “A aquisição de terras para assentamentos não visa solapar a estrutura agrária existente, mas está a favor dos latifundiários e grileiros na medida em que transfere para as mãos destes a renda da terra.” (p. 80).

Todavia, ainda sobre o processo de aquisição do terreno e adicionando o elemento da contribuição de instituições religiosa, é importante sinalizar o papel da igreja católica no caso em análise.



[...] monsenhor Eduardo, pároco do Distrito de Dr. Antonio Paranhos, município de 18 São Jorge D'Oeste, acompanhou o sofrimento das famílias e forneceu auxílio. Afirmou também que se o INCRA não tivesse acertado a questão, a Igreja Católica compraria para assentar aqueles acampados. Ou seja, a Igreja Católica, ou uma parte dela, sempre atuou em benefício dos trabalhadores rurais (CARLETTO, 2007, p. 18 – 19).

Neste contexto, assim como o apoio de instituições religiosas estiveram presentes na formação do Movimento, os acampados do Rio Perdido também tiveram essa assistência.

Das dificuldades que os assentados tiveram durante o período de acampamento, está até mesmo a falta de alimento, que demasiadas vezes era suprida pelo trabalho dos acampados como trabalhadores temporários (boias-frias) para fazendeiros das proximidades. Estes trabalhos deviam ser realizados sem que lhes fosse revelada a identidade Sem Terra, correndo o risco de perder o serviço caso o patrão descobrisse.

Entretanto, segundo Roos (2009, p. 107) “25% dos assentados continuam trabalhando de ‘bóia-fria’ após a criação do assentamento” enquanto os demais, antes da conquista do lote precisavam realizar tal atividade, mas conseguiram a superação desta condição enquanto assentados, podendo produzir seus próprios alimentos e comercializar os excedentes. O autor relata também a inexistência de cooperativas no assentamento, mas afirma que existe uma relação de cooperação entre os camponeses que se configura na relação da troca de diárias de serviço, geralmente quando determinada etapa da produção demanda de maior quantidade de mão de obra por conta da sua sazonalidade.

Parte dos assentados, antes residiam na cidade. Fato que se apresentava como uma alternativa de refúgio obrigatório, após a expulsão do campo, mesmo que o local impedisse as práticas camponesas e ameaçasse a sobrevivência da família. Neste sentido, “as famílias do assentamento Rio Perdido visualizaram na luta uma forma de conquistar pela primeira vez a ‘propriedade’ de um pedaço de terra e assim, estabelecer o seu modo de vida pautado no sustento de sua família” (ROOS, 2011, p.76). Este autor aponta também que a produção agrícola no assentamento no período de sua pesquisa era produção leiteira e que ela garantia aos indivíduos o consumo de alimentos derivados, além da comercialização para ter dinheiro e poder adquirir outros produtos necessários a sua sobrevivência.

Após a concretização do assentamento, os desafios continuaram e em alguns casos levaram os assentados a venderem ou trocarem seus lotes (CARLETTO, 2007).

### 3. OS ASSENTAMENTOS DO MST: PRODUÇÃO, ORGANIZAÇÃO E MUDANÇAS

Foi apresentado no capítulo anterior como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surgiu a partir da espacialização e territorialização da luta pela terra e pela reforma agrária, junto ao processo de redemocratização do Brasil.

Na década de 1980, com a redemocratização política, a crise cíclica do capitalismo e o ressurgimento da luta pela terra com novos movimentos camponeses levantou-se novamente a bandeira da reforma agrária. As Lutas e reivindicações se inseriam, no entanto, nos objetivos de uma reforma agrária clássica burguesa: democratizar a propriedade da terra, como uma forma de reprodução dos camponeses, de integrá-los ao mercado interno e de aumentar sua renda, para poder melhorar as condições de vida de suas famílias. Nesse cenário político histórico, nasceu o MST (MST, 2014, p. 26).

Já esta parte do trabalho, consiste em desenvolver como o MST pensa a organização dos espaços conquistados, os assentamentos, e quais foram as mudanças de concepção sobre os mesmos ao longo do tempo.

Uma das formas do Movimento pautar a luta e repassar sua mensagem à sociedade como um todo é a partir dos lemas estabelecidos, principalmente, em seus congressos nacionais, como o movimento mesmo aponta: “O lema serve para incentivar e orientar nossas lutas e práticas de trabalho e organização. Serve, também, para dialogar com a sociedade, manifestando os objetivos centrais da nossa luta para os próximos anos” (MST, 2014, p. 5). Neste sentido:

No I Congresso do MST, realizado em 1985 em Curitiba, foi definida a seguinte palavra de ordem: *Sem reforma não há democracia*. A prioridade dos sem-terra era a organização interna a realização de ocupações nos vários Estados do Brasil. Este momento foi marcado pela ideia de que terra não se ganha, conquista-se. Esta ideia se materializa nas ocupações de terra. (FABRINI, 2003, p. 97, grifos no original).

Nestes primeiros anos de MST os enfrentamentos e as tentativas de desmobilização foram frequentes. Tanto que na tentativa de desmerecer e inviabilizar a luta pela terra, as forças conservadoras e proprietários de terra fundam em 1985 a União Democrática Ruralista (UDR). Acusavam que os assentamentos formavam pequenas favelas rurais, empregavam medidas violentas contra os camponeses (FABRINI, 2003; MST, 2014).

Como parte da resposta, no seu segundo congresso, o Movimento assume como palavra de ordem “*Ocupar, resistir e produzir*”, buscando demonstrar a viabilidade econômica dos assentamentos por meio da produção. Nesta perspectiva “a organização da produção no assentamento é uma condição básica para permanência do trabalhador assentado na terra” (FABRINI, 2003, p. 101). Junto a este movimento, surgem as primeiras tentativas de organizar a

produção dentro dos assentamentos a partir das cooperativas. No que tange este assunto, cabe ressaltar que:

No período de 1985-1989 aumentaram as atenções para os assentamentos, quando se consolidou a idéia de que a luta dos assentados é uma luta do MST. No I Encontro Nacional dos Assentados em 1986 ficou decidido que os assentados pertencem ao MST, formando neste Encontro uma Comissão Nacional de Assentados (FABRINI, 2002, p. 86).

Visto como a materialização do espaço camponês, pois além de ampliar os espaços de socialização eles representam a conquista da terra por parte dos camponeses e a possibilidade de desenvolver e ampliar as relações sociais.

O assentamento é um espaço que expressa conteúdo histórico resultante de processos políticos e sociais, ou seja, trata-se de um espaço onde se materializam as relações sociais, no caso, relações camponesas. Neste espaço, os assentados constroem o território camponês verificado nas relações econômicas, políticas, sociais, etc. (FABRINI, 2002, p. 82 – 83).

Referente aos assentamentos, Fabrini continua:

[...] o assentamento dos sem-terra implica em transformações que passam pelo controle, domínio, posse e poder sobre o espaço, ou seja, o que faz com que o assentamento se torne um território camponês é o fato dos assentados possuírem o domínio e poder sobre o espaço antes controlado pelos latifundiários. (FABRINI, 2002, p. 83 – 84)

Com as conquistas dos primeiros assentamentos, as atenções passam a ser focadas na “gestão e organização da produção em que os trabalhos associativos e as cooperativas foram priorizados. [...] os associativismos estavam voltados para o atendimento de interesses imediatos, como obtenção de crédito, investimento, custeio de lavouras, aquisição conjunta de insumos, etc.” (FABRINI, 2003, p. 107-108).

Em seu III Congresso Nacional, em 1995, pressupondo e propondo a toda sociedade o diálogo sobre a necessidade da reforma agrária no país, o seguinte lema é lançado “*reforma agrária: uma luta de todos*” (FABRINI, 2003, p. 97). O Movimento passa a buscar a reforma agrária como possibilidade de fortalecimento dos camponeses, mas também de aproximação com a população urbana, especialmente com o fornecimento de alimentos do campo.

Neste caso, o fortalecimento dos assentamentos é essencial e o cooperativismo se consolidada como alternativa de organização da produção e comercialização. Todavia, segundo Borsatto e Carmo (2013) o Movimento, fundado nas teorias marxistas e leituras de Lênin e Kautsky, impôs um modelo organizacional aos assentamentos, sob a perspectiva cooperativista, de produção em larga escala, divisão do trabalho e superação do “*comportamento ideológico camponês*”

(BORSATTO & CARMO, 2013, p. 224, grifos no original), tendo em vista a suposta superioridade do proletariado no processo revolucionário de transição para o socialismo.

Como bem sintetiza Fabrini (2002, p. 77):

A teoria da economia política clássica era a teorização da uniformidade do mundo (o mundo da mercadoria). As relações capitalistas seriam puras e possuidoras de uma força massacrante de outras relações sociais de produção e as situações irregulares estariam presentes como resíduos que cedo ou tarde seriam descartadas. Assim, a concepção de que o modo de produção capitalista não permite a existência do campesinato parte da produção da mercadoria como uma força totalizadora do progresso e desenvolvimento das forças produtivas. A idéia de desenvolvimento das forças produtivas está relacionada à outra: de que somente o desenvolvimento pleno do capitalismo seria capaz de criar as condições para a passagem ao socialismo, ou seja, depois da revolução burguesa viria a revolução do proletariado.

Pautadas nessa perspectiva teórica, as primeiras cooperativas foram formadas entre 1989 e 1990, colocando a política cooperativista do MST em prática, política que posteriormente culmina no Sistema de Cooperativista dos Assentados (SCA). Cabe destacar que, antes disso, não havia política cooperativista definida para os assentamentos. Fabrini (2002, p. 86) afirma que no período que vai até 1985, especialmente, as atividades coletivas eram basicamente as “associações de assentados, mutirões, troca de dias de serviço, etc. A orientação dessa cooperação simples, como os mutirões, por exemplo, tinha raiz na Igreja, com quem parte significativa da militância possuía fortes vínculos” (FABRINI, 2002, p. 86).

As cooperativas foram, a partir de 1990, com o endurecimento por parte do Governo Federal sob as lutas pela reforma agrária, uma estratégia de fortalecimento do próprio Movimento, buscando fortalecimento interno (FABRINI, 2003).

As Primeiras linhas do SCA eram baseadas na “busca de eficiência econômica como forma de viabilizar as lutas dos assentamentos” (FABRINI, 2003, p. 107). Destarte, as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA)<sup>1</sup> eram colocadas no centro, como a principal e superior forma de cooperação, visando a elaboração de mercadorias por meio da divisão do trabalho, coletivização da terra, sem necessariamente eliminar a produção de subsistência, mas a deixando em segundo plano. O Movimento pretendia assim, semelhante ao que acontecia na indústria, promover a disseminação das relações de trabalho tipicamente capitalistas no campo.

---

1 Nas Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA) a terra e os demais meios de produção são coletivos, já nas Cooperativas de Prestação de Serviços (CPS) os lotes, e a produção, são individuais e a cooperação comparece na esfera organizativa e de comercialização.

O Sistema de Cooperativas em 1990 foi dividido em três níveis: o assentamento, o estadual e o nacional, articuladas entre si, mediadas pelas instâncias da SCA. Esta forma de organização visava uma forma de cooperação expandida e para além dos assentamentos.

Para garantir esta organicidade, foram criadas as centrais (a primeira CCA surgiu no Rio Grande do Sul). Foi também a Concrab (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil) em 1992 na cidade de Curitiba, resultantes dos debates internos do MST e conforme adequação à legislação cooperativista. (FABRINI, 2003, p. 107).

Sendo assim, cada cooperativa desenvolve uma função específica de acordo com sua instância e cada assentado precisava estar vinculada a uma cooperativa.

Ao visualizar a necessidade de “massificação” das cooperativas o MST cria então as Cooperativas de Prestação de Serviço (CPS). Pautada em um modelo menos impositivo, buscando articular interesses coletivos e individuais. Em 1993, aprofunda-se uma crise nas Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA) e o Movimento passa a direcionar o debate em torno do cooperativismo. No ano seguinte, o debate passa a girar em torno dos tipos de cooperativas, neste caso as chamadas “produtivas” e “não-produtivas”. Deste modo, “as cooperativas “produtivas” seriam aquelas organizadas em torno da produção e as “não-produtivas” aquelas preocupadas com a comercialização, prestação de serviços e ajuda mútua.” (FABRINI, 2003, p. 110).

Dessarte, é gerada uma tensão interna, estabelecendo o debate entre cooperativa-empresa econômica ou cooperativas mais voltadas atuação política. Entretanto a dimensão econômica é tida como base da cooperativa. Logo, “as CPSs regionais e CPAs assumem papel central na implementação da política nos assentamentos, servindo como mecanismo de gestão dos assentamentos” (FABRINI, 2003, p. 111), por outro lado a ideia de ter as cooperativas como gerenciadora dos assentamentos criou bastante inquietação por parte do governo, que investiu pesado no desmonte das cooperativas, por meio de medidas como, fim da assistência técnica, inviabilização de assentamentos e ataque ideológico negativo via mídias (FABRINI, 2003). Além ainda de um “modelo de agrícola excludente adotado na modernização da agricultura, diminuição de subsídios agrícolas, abertura e liberação do comércio com importação de produtos agrícolas, exposição da agricultura à voracidade da competição internacional, etc” (FABRINI, 2003, p. 111).

Posta esta conjuntura, para substituir o SCA, o MST em 2002 cria o Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente e divide em cinco frentes: “Frente da Cooperação Agrícola e Cooperativas, Frente da Organização de Base, Frente da Assistência Técnica e da Produção, Frente de Formação e Capacitação, Frente do Meio Ambiente e Pesquisa Agropecuária” (FABRINI, 2003, p. 112).

Pretendendo aqui sistematizar a concepção, destes primeiros 15 anos, sobre as cooperativas, “são consideradas pelo MST/Concrab como uma forma superior de cooperação e organização da produção e possuem características semelhantes a um grupo coletivo, com a apropriação da terra, produção, gestão e trabalhos coletivos” (FABRINI, 2003, p. 113) ou como asseveram Borsatto e Carmo (2013, p. 223):

[...] MST via na cooperação a principal saída para a viabilidade econômica da produção, que como resultado promoveria o desenvolvimento econômico nos assentamentos. No entanto, a proposta de cooperação agrícola do MST indicava um modelo uniforme para os assentamentos, centrado numa ótica predominantemente econômica. Isto permitiu a elaboração de um projeto único, em relação ao modo de organização social, para assentamentos rurais de todo país, sem levar em consideração as especificidades regionais. Este modelo se materializava pelo incentivo à implantação de Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) nos assentamentos, considerada pelo Movimento como a mais viável das alternativas.

E no que consiste a viabilidade da produção camponesa, de acordo com Fabrini (2003, p. 113):

[...] o entendimento do MST/Concrab (1993, 1997, 1998) é de que não existem condições de assentados progredir econômica, social e politicamente através da produção familiar. O modelo de produção capitalista inviabiliza esse progresso, sem necessariamente inviabilizar a produção familiar, que permite o acúmulo para os capitalistas. Os assentados devem reconhecer, no trabalho cooperativo, a possibilidade de seu desenvolvimento.

A intenção de produzir individualmente com a família no lote se aproxima da caracterização camponesa que cria “desvios” nas buscas por formas superiores de produção. Logo, esta concepção de propriedade privada camponesa devia ser evitada na medida em que produziria individualismo e separação entre assentados. As Cooperativas transformariam a produção de subsistência em produção de mercadoria, e a especialização do trabalho produziria a formação da consciência enquanto operário, além do acúmulo de capital e investimentos na melhoria da produção o que criaria mais viabilidade econômica aos assentamentos, produzir em escala e com preços competitivos, por conseguinte:

A idéia é que as cooperativas podem criar condições favoráveis à construção do socialismo. Estas condições seriam criadas, no entendimento do MST, com o estabelecimento de produção tipicamente capitalista para modernizar as relações sociais no campo. A criação destas condições de produção (desenvolvimento das forças produtivas e produção de mercadorias) ampliaria as forças revolucionárias da sociedade, semelhante ao papel desempenhado por uma revolução democrático-burguesa. (FABRINI, 2002, p. 85).

Durante a década de 1990, com a crise da produção por meio da coletivização da terra, aos poucos e entre outras linhas políticas, o debate sobre a agroecologia foi ganhando espaço dentro da organização do MST. Segundo Borsatti e Carmo (2013) na proposta de reforma agrária de 1995 do MST, já podia se verificar esta relevância devido a duras críticas efetivadas pelo Movimento em relação ao modelo de agricultura em vigência, bem como a extração totalmente predatória dos recursos naturais, uso intenso de agrotóxicos, prejudicial ao ser humano e visava apenas o lucro.

Neste sentido, procurando se reconfigurar e aspirando construir um novo projeto de assentamento,

[...] o MST/Concrab tem feito uma série de reflexões sobre a organização da produção e cooperação nos assentamentos, resultando na criação em 2002 do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente em substituição ao SCA. Se no período anterior houve uma valorização das lutas pelos créditos oficiais na formação das cooperativas, agora a preocupação volta-se mais para a organização interna, com cooperativas tendo mais na sua base a mão-de-obra e a terra e menos a expectativa de créditos e projetos de alocação de recursos financeiros (FABRINI, 2002, p. 88 – 89).

Referente a esta troca de postura Picolotto e Piccin (2008 *apud* BORSATTO; CARMO, 2003, p. 226) afirmam que essa mudança de rumo das orientações políticas do MST se devem a três fatores: “a) a reforma neoliberal do Estado brasileiro que pôs fim às políticas setoriais de preços mínimos e abriu os mercados; b) o fim do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA) em 1999; e, c) a formação da Via Campesina”.

Os dois primeiros teriam colocado em cheque a forma de organização com base na produção de mercadoria, proposta pelo MST através das cooperativas como forma de viabilidade econômica. Ou como apontam os próprios Sem Terras:

A ofensiva neoliberal sobre a agricultura brasileira, iniciada no governo FHC, se consolidou na década de 2000, implantando um novo modelo de agricultura, não mais para atender prioritariamente as demandas do modelo de desenvolvimento de uma indústria nacional (1930-80) e da necessidade do mercado interno. É um novo modelo de dominação do capital no campo, para atender as demandas do mercado externo. Agora, é um modelo dos fazendeiros capitalistas em aliança com o capital internacional e financeiro, que passa a acumular a riqueza do campo. (MST, 2014, p. 29)

Dessa forma, o Movimento compreende que nesse momento a burguesia, os governos e o Estado estão totalmente convencidos de que a Reforma Agrária, mesmo que nos moldes burgueses, não era mais necessária, para desenvolvimento de forças produtivas no campo. E mesmo os latifúndios improdutivos que antes seriam destinados à Reforma Agrária, agora passam a ser do

interesse do agronegócio. Até os grandes proprietários precisariam entrar na lógica da modernização para não serem engolidos pelo agronegócio (MST, 2014).

O terceiro fator se deve a ampliação das relações e articulações do MST a nível internacional, por meio dos seus dirigentes, com outros Movimentos Sociais que já levantavam as questões ambientais como pauta de luta.

Em 2000, no IV Congresso Nacional, representados pelo lema “*Por um Brasil sem latifúndio*” (MST, 2019), os Sem Terra trazem para o centro do seu debate a organização dos territórios já conquistados, os assentamentos (BORSATTO; CARMO, 2003). Esta palavra de ordem remete à negação do latifúndio como terra sem pessoas, sem produção, sem vida, passando a defender a produção camponesa como possibilidade de sustentação de um novo modelo agrícola.

Dados os limites do seu modelo anterior, que se pautava na produção de mercadorias, ou seja, tinha como referência especialmente as dimensões econômicas, ganham destaque novas pretensões do MST. A partir deste momento, norteadas por elementos culturais, políticos e ambientais, trilham o rumo da sustentabilidade e no que confere a produção seria “voltada prioritariamente à segurança alimentar da família, garantindo alimentação de qualidade e abundante” (BORSATTO & CARMO, 2003, p. 226).

É nesse contexto que a agroecologia é introduzida nos espaços de discussão política do Movimento. Se apresentando como forma de agricultura alternativa, menos agressiva e contestando a forma de agricultura do país, canalizada na exportação, produção de longa escala, monocultora, predatória e “dependente de complexos agroindustriais oligopolizados” (BORSATTO & CARMO, 2013, p. 227). Representando ainda uma forma de superação, na medida em que visa construir outra perspectiva de campo, fundamentada na valorização humana e de resistência que se contrapõem ao modelo agrícola que expulsa os camponeses do campo. Ainda segundo Borsatto e Carmo (2013) dois elementos que acompanharão o discurso do Movimento serão a crítica e a luta contra o Agronegócio, que também podemos verificar no mais recente Programa Agrário do MST:

A agricultura do agronegócio é totalmente dependente do uso de venenos agrícolas, que são usados com intensidades e volumes cada vez maiores. O Brasil controla apenas 5% da área cultivada entre os 20 maiores países agrícolas no mundo. No entanto, consome 20% da produção mundial de venenos. Os venenos destroem a biodiversidade, alteram o equilíbrio do meio ambiente, contribuem para as mudanças climáticas e, sobretudo, afetam a saúde das pessoas, com a proliferação de doenças e do câncer. O modelo do agronegócio não consegue produzir alimentos saudáveis. (MST, 2014, p. 18).



E o outro elemento é a defesa da soberania alimentar. “A temática da soberania alimentar, principal bandeira de luta da Via Campesina, passa também a ser uma das principais bandeiras de luta do Movimento (MST, 2007)” (BORSATTO & CARMO, 2013, p. 228).

Frente a estas novas propostas agroecológicas, o MST muda também a sua forma de abordagem quanto ao campesinato, e procura se espelhar e desenvolver formações que valorizam as características revolucionárias destes sujeitos.

Para o MST, enquanto organização, o agricultor deixa de ser um mero objeto em uma massa revolucionária e passa a ser um sujeito criando a sua própria existência, com conhecimento e valores morais que são considerados como sendo o gérmen para a construção de uma sociedade mais justa, sustentável e melhor. Metodologias em que o saber camponês é valorizado passam a ser usadas nos espaços de formação do Movimento (BORSATTO & CARMO, 2013, p. 228).

Em entrevista com dirigentes e um intelectual orgânico do MST, Borsatto e Carmo (2013) constataam a presença de duas narrativas: “A primeira como uma via que permite a superação de diversas dificuldades com as quais os assentados se deparam em sua realidade concreta (produção, falta de meios de produção, saúde, alimentação, entre outras)” (p. 229 – 230). Esta seria com característica mais interna, voltada aos próprios integrantes do movimento, enquanto “a segunda se caracteriza por um forte discurso anti-hegemônico de luta contra o agronegócio, concorde com a ideologia atual do Movimento” (p. 230), essa mais direcionada ao público externo, com viés mais político. Considerando que ambas as narrativas não entram em contradição, mas pelo contrário, apresentam uma relação de complementariedade.

A “agroecologia emergiu como uma diretriz nos documentos do IV Congresso Nacional, em 2000, e ganhou ainda mais relevância no V Congresso Nacional, em 2007” (BORSATTO & CARMO, 2013, p. 231), desde então, mesmo que não seja o elemento central (este é a luta pela terra), ela é constantemente ressaltada e contemplada em programas e formações do Movimento.

Atualmente, como podem ser verificadas em sua Proposta de Reforma Agrária Popular todas as demandas e esforços relativos à questão da produção, realizados pelo MST, vão em direção ao fomento da Agroecologia, que é citada de forma constante no texto (MST, 2009). Isto demonstra que a defesa da Agroecologia dentro do MST está em uma curva ascendente, em contraponto ao discurso produtivista/coletivista de fomento de grandes unidades de exploração agrícola especializadas, antes vigente (BORSATTO & CARMO, 2013, p. 228).

No seu V congresso, o MST apresentava o lema “*Reforma Agrária, por Justiça Social e Soberania Popular*” (MST, 2019) visando apresentar para a sociedade um programa de Reforma

Agrária muito além da mera distribuição de terras. Visava confrontar e propor soluções para diversos problemas do país, bem como, exclusão social e econômica, fome e violência.

Borsatto e Carmo (2013) relatam que mesmo o Movimento tendo conseguido avançar significativamente na parte teórica e sem resistência a proposta por parte da direção como um todo, práticas agroecológicas ainda eram bastante limitadas. “De toda forma, passados mais de 10 anos, pode-se afirmar que o MST tem obtido limitado sucesso na difusão desse novo paradigma. Sistemas produtivos coerentes com os princípios agroecológicos ainda são marginais nos assentamentos vinculados ao MST” (BORSATTO & CARMO, 2013, p 227).

Como justificativas, relatavam os entrevistados, que seria devido à pouca influência do Movimento sobre os camponeses já assentados, pressuposto que:

A partir do período no qual os assentamentos são constituídos, as demandas dos agricultores se tornam mais difusas (educação, infraestrutura, crédito, etc.), tendo o MST pouca possibilidade de atendê-las. Desse ponto em diante, na concepção dos entrevistados, o aparato estatal passa a ter mais relevância e estrutura para acolher as reivindicações (BORSATTO & CARMO, 2013, p. 234).

Outro aspecto ressaltado é que para os entrevistados “apesar dos agricultores não terem uma resistência ideológica em relação à Agroecologia, e até mesmo acreditarem nesse discurso, ainda não possuem a coragem, conhecimento e os recursos necessários para modificar o seu sistema de produção” (BORSATTO & CARMO, 2013, p. 235).

No ano de 2014, o MST realizou seu VI Congresso Nacional, neste evento, lançou a cartilha “Programa Agrário do MST”. Esta, por sua vez, apresenta os fundamentos gerais que embasam e norteiam o Movimento. O lema estabelecido neste congresso foi “*Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!*”, assim sendo, a então proposta de reforma agrária visa se distanciar das demais, baseadas na simples distribuição de terras, agora há uma mudança de natureza em relação ao modelo econômico em desenvolvimento no país, neste sentido, essa luta transforma-se em luta de classes, uma luta contra o capitalismo agrário (MST, 2014).

Ao mesmo, tempo o lema expressa caráter de ser pensada para e pelo povo, de ser popular:

O conceito “popular” busca identificar a ruptura com a ideia de uma reforma agrária clássica feita nos limites do desenvolvimento capitalista e indica o desafio de um novo patamar de forças produtivas e de relações sociais de produção, necessárias para outro padrão de uso e de posse da terra. Trata-se de uma luta e de uma construção que estão sendo feitas desde já, como resistência ao avanço do modelo de agricultura capitalista e como forma de reinserir a Reforma Agrária na agenda de luta dos trabalhadores (MST, 2014, p. 33)

Frente a proposta, o MST também elenca alguns desafios para consolidá-la:

- a) A reforma agrária popular deve resolver os problemas concretos de toda população que vive no campo;
- b) A reforma agrária tem como base a democratização da terra, mas busca produzir alimentos saudáveis para toda população; objetivo que o modelo do capital não consegue alcançar;
- c) O acúmulo de forças para esse tipo de reforma agrária depende agora de uma aliança consolidada dos camponeses com todos os trabalhadores urbanos. Sozinhos os sem terra não conseguirão a reforma agrária popular.
- d) Ela representa um acúmulo de forças para os camponeses e toda classe trabalhadora na construção de uma nova sociedade. (MST, 2014, p. 34)

Por outro lado, também fica evidente a mudança de perspectiva em relação ao campesinato, na medida em que o reconhece como classe revolucionária, mesmo que distinta da operária, com capacidade política de auto-organização. Posto isso, vale destacar que a perspectiva da produção também teve uma mudança significativa em relação à antiga, que era economicista e produtora de mercadoria, esta nova perspectiva estabelece que:

Toda produção será desenvolvida com o controle dos trabalhadores sobre o resultado de seu trabalho. As relações sociais de produção devem abolir a exploração, a opressão e a alienação.

- a) Assegurar que a prioridade seja a produção de alimentos saudáveis, em condições ambientalmente sustentáveis, para todo povo brasileiro e para as necessidades de outros povos.
- b) Considerar que os alimentos são um direito humano, de todos os cidadãos e não podem estar submetidos a lógica do lucro.
- c) Utilizar técnicas agroecológicas, abolindo o uso de agrotóxicos e sementes transgênicas.
- d) Usar máquinas agrícolas apropriadas e adaptadas a cada contexto socioambiental, visando o aumento da produtividade das áreas agrícolas, do trabalho e da renda, em equilíbrio com a natureza.
- e) Promover as diversas formas de cooperação agrícola, para desenvolver as forças produtivas e as relações sociais.
- f) Instalar agroindústrias no campo sob controle dos camponeses e demais trabalhadores, gerando alternativas de trabalho e renda, em especial para a juventude e as mulheres. (MST, 2014, p. 36).

Neste programa fica explícita a preocupação do Movimento com a autonomia dos camponeses, visto que no modelo proposto anteriormente esta autonomia era vista como empecilho ao desenvolvimento da lógica produtivista centrada nas cooperativas. Propõe-se a cooperação, não mais como elemento central a produtividade, nos termos capitalistas, mas tendo como centro a autonomia, soberania alimentar e respeito à diversidade. O Movimento também demonstra uma série de preocupações com relação aos bens naturais no sentido de preservar e fazer a manutenção dos mesmos (MST, 2014).

Os dois primeiros itens da citação ficam ainda mais em evidência, quando em 2020 o Brasil é afetado pelo advento pandêmico da COVID-19 e quase que imediatamente o MST organiza

inúmeros atos de solidariedades de doação de alimentos por todo o Brasil (ROOS, *et al.* 2020). Desde o início da pandemia o MST já doou mais de 6 mil toneladas de alimentos (FURTADO, 2022).

Estas doações foram organizadas e feitas com a participação de cooperativas, acampamentos e assentamentos do Movimento. Inclusive o Assentamento Rio Perdido, que é objeto de estudo deste trabalho, também participou das ações de solidariedade (ROOS, *et al.* 2020).

Sob o advento da pandemia, em junho de 2020 o MST também lançou um Plano Emergencial de Reforma Agrária, calcado:

[...] em quatro eixos: assentamento das famílias em acampamentos no meio rural e nas ocupações urbanas fazendo cumprir a constituição; produção de alimentos saudáveis mediante ampliação do PAA, implantação do Plano Nacional de Agroecologia e organização de hortas urbanas agroecológicas; proteção da natureza, água e biodiversidade, banindo os agrotóxicos, promovendo a produção de sementes agroecológicas e as agroflorestas; melhora das condições de vida no campo, mantendo as escolas do campo e programas como o PRONERA, com financiamentos para moradia, para melhora da saúde e para programas de combate à violência doméstica (ROOS, *et al.* 2020, p. 199).

Mesmo que tenha sido construído a partir das crises causadas pela pandemia, o Plano evidencia temas que ganharam e vem ganhado cada vez mais espaço dentro do Movimento. Bem como, a crescente preocupação com questões ambientais, de gênero, além de pautar a ampliação e fortalecimento de Políticas Públicas de desenvolvimento do campo e luta pela Reforma Agrária. Todavia, os camponeses “embora sofram com a falta de uma política de Estado efetiva de reforma agrária, resistem e mostram a importância do acesso à terra para que [...] possam abastecer a sociedade com alimentos saudáveis e de qualidade” (ROOS, *et al.* 2020, p. 190). É isto que o MST vem demonstrando por meio das ações de solidariedade.

Um aspecto recente, iniciado em 2019, vem sendo construído pelo Movimento e está em fase de experimentação, trata-se da modalidade de financiamento popular, pensado e construído pelo MST em parceria com economistas. Em 2020, o MST lançou o Financiamento Popular da Agricultura Familiar (Finapop), que “é um movimento de captação de recursos em construção, com iniciativa das organizações e cooperativas vinculadas ao MST e vários parceiros simpatizantes da luta pela reforma agrária” (SILVA; SOBREIRA, 2021, não paginado). Destinados a pequenos e médios investidores “o Finapop se baseia na distribuição de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), que é um título de dívida” (BRASIL DE FATO, 2021, não paginado), desta forma as pessoas físicas que puderam adquirir passam a receber a partir do décimo terceiro mês após a aplicação com juros de 5,5%.

É apontado como vantagens deste programa, em termos econômicos, o retorno financeiro aos investidores e em termos sociais a garantia de investir em projetos que fomentam a produção de alimentos saudáveis, de produção orgânica e responsabilidade ambiental (SILVA; SOBREIRA, 2021, não paginado).

O Finapop é também uma alternativa à busca de recursos financeiros e meio ao empobrecimento de programas que fomentam a produção familiar (MOTTA, 2021). É cedo, e portanto, também difícil apontar o que pode significar esta aproximação do MST com o mercado financeiro, se é que pode se considerar como aproximação com o mercado financeiro, todavia pode ser o início de uma reorganização, ou mudança de movimento, na forma de organização social e de produção nos assentamentos conquistados pelo MST.

#### **4. O ASSENTAMENTO RIO PERDIDO: TERRITORIALIZAÇÃO, DISTANCIAMENTOS E APROXIMAÇÕES COM O MST**

Este capítulo está destinado à socialização da pesquisa de campo realizada com seis famílias do Assentamento Rio Perdido, durante o mês de março de 2022. Os trabalhos de campo permitiram compreender os aspectos constituintes da trajetória de vida dos camponeses, bem como analisar as contradições do processo de territorialização dos assentados frente aos distanciamentos e aproximações com as propostas do MST.

Todas essas famílias entrevistadas estão na área desde o período da ocupação em 1985. Dentre elas, nesse caso, considerando somente pais e mães, apenas uma pessoa concluiu o ensino fundamental, outra cursou até a 2<sup>o</sup> série do ensino fundamental, já os demais cursaram até a 4<sup>o</sup> série dos anos iniciais e há também um caso de analfabetismo. Sobre o restante dos membros das famílias, há apenas um que não concluiu o ensino fundamental (parou de estudar na 8<sup>o</sup> série), outro está em idade escolar, apenas um cursando o ensino superior e os demais concluíram o ensino médio.

Os lotes visitados têm tamanho entre 20 e 22 hectares, com exceção o da família 3 e de alguns vizinhos mais próximos a ela, onde os lotes são menores. Todavia, o entrevistado desta família relata que estes lotes são menores, pois, durante o período de medição haviam dois posseiros próximos a esta área, e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) teria se comprometido a retirá-los, mas não o fez, logo os posseiros permaneceram no local e alguns lotes do assentamento tiveram seus tamanhos reduzidos. Atualmente a família se mantém e utiliza o espaço de dois lotes, com 12,3 hectares cada, um deles é fruto da conquista enquanto assentado e o outro pertence a um dos filhos que comprou de um dos antigos vizinhos de divisa da família. Atualmente este filho (dono do lote comprado) não está residindo na propriedade, ele mora e trabalha fora, como assalariado, no ramo da construção civil, seus familiares comentam que sua pretensão é morar no lote comprado e trabalhar com produção de leite.

A seguir apresentamos um pouco da caracterização das famílias entrevistadas, apontando o tamanho dos lotes, a quantidade de pessoas residindo na propriedade, a idade das pessoas que vivem no lote, a produção para consumo e a parcela do lote que a família arrenda para outros.

**Quadro 1** – Caracterização das famílias entrevistadas no Assentamento Rio Perdido

<b>Famílias Entrevistadas</b>	<b>Número de integrantes</b>	<b>Idade de cada integrante</b>	<b>Produção para consumo</b>	<b>Tamanho do lote/hectares</b>	<b>Arrendamento/hectares*</b>
Família 1	2	64 e 62	Frutas, Milho, feijão, batata, gado, porco, galinha, Etc.	20	5
Família 2	3	60; 59; e 28	Frutas, verduras, legumes, gado, porco, galinha, leite e derivados	21, 3	5
Família 3	4	64; 63; 40; e 38	Frutas, verduras, legumes, milho, feijão, gado, porco, leite e derivados	2 lotes de 12,3 cada	Não arrenda
Família 4	7	69; 61; 37; 10; 30; 18 e 83	Frutas, verduras, legumes, gado e porco	18, 3	7,5
Família 5	2	70 e 70	Frutas, verduras, legumes, porco, ovelha, gado, leite e derivados	22, 3	14,5
Família 6	2	61 e 51	Frutas, verduras, gado, porco, galinha e milho.	21, 3	Não declarado

\*Esses arrendamentos referem-se à parte dos lotes que os camponeses arrendam para terceiros.

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

Estas famílias que têm mais de duas pessoas residindo no lote são casos em que os filhos, deixaram o assentamento e foram morar nas cidades, trabalharam como assalariados e agora retornam, ou estão em processo de retorno para o assentamento, como auxiliar dos pais nos trabalhos. Inclusive, em alguns casos, até assumindo um papel de gerência do lote, como expressado na fala do entrevistado ao ser questionado sobre qual seria sua principal demanda na atualidade: “Olha, como aposentado já não estou apelando para nada, nesse caso aí já pertence para o [filho do assentado], ele até esses dias falou em financiar” (Família 3, março de 2022).

Vale ressaltar também que nenhuma das famílias entrevistadas contrata mão de obra assalariada, ou seja, todo o trabalho no lote é realizado pela família, exceto a parte arrendada. Quanto ao assalariamento dos membros da família, apenas uma delas têm pessoas que trabalham como assalariados, se deslocando do assentamento até a cidade para trabalhar, este é o caso da família 4. Como se pode notar, as entrevistas indicam que o assalariamento não é uma condição presente no assentamento.

No que se refere à produção comercial, uma das estratégias de sobrevivência praticada pelos camponeses e que os leva a certo grau de interação com o mercado é a produção leiteira. Entretanto, sem a utilização de mão de obra assalariada, apenas mão de obra de caráter familiar. Compreende-se que esta prática não faz do camponês um capitalista, haja vista, que não há uma exploração de mais valia, como disserta Almeida (2003, p. 319):

Por conseguinte, é a extração direta da mais valia que determina, e não a apropriação da renda, muito menos o mercado, se ele, o camponês, é ou não um capitalista. Logo, é apenas na medida em que há a presença de assalariados permanentes no lote que estamos diante da possibilidade do camponês estar mudando de classe.

Quanto à renda da terra, esta é comumente expropriada deste sujeito camponês na relação com agroindústria leiteira, como explicam Santos e Teló (2011, p. 161):

Nesse contexto, quando o camponês se relaciona com o setor industrial, na venda de sua produção, ocorre a subordinação da renda e do trabalho camponês ao capital, porque o capitalista industrial se apropria do sobre-trabalho do camponês e da renda da terra, ao não pagar o valor devido aos produtos, ou seja, o dinheiro que o camponês recebe pela mercadoria que vende é inferior ao valor de fato desta mercadoria, tendo em vista a quantidade de trabalho e recursos investidos para a produção de tais mercadorias. Esse fato acontece porque a definição dos preços das mercadorias agrícolas, na maioria das vezes, é feita por setores alinhados ao grupo dos empresários, que para reduzir os custos de pagamento da força de trabalho que compram, procuram baixar os preços dos produtos que compõem a base da reprodução desta força de trabalho, como é o caso dos gêneros alimentícios.

Isso pode ser identificado nas palavras dos próprios assentados: “O leite não dá lá aquelas coisas, mas é um meio mais fácil de você sobreviver” (Família 3, março de 2022). No caso da venda do leite para o laticínio, o que ocorre é que “o camponês continua dono da terra e, o capitalista, por sua vez, monopoliza o território por meio da sujeição da renda da terra” (ALMEIRA, 2003, p. 344), ou seja,

[...] o capital pode monopolizar o território sem necessariamente territorializar-se e isso se dá quando o capitalista não é o dono da terra, mas cria as condições para sujeitar a renda da terra, onde aparentemente ela não exista, ou seja, na agricultura camponesa. Por conseguinte, a ação do capitalista sobre o território e, portanto, a apropriação da renda da terra, tanto pode estar na produção e circulação, no qual teremos a territorialização e a monopolização, como somente na circulação, em que ocorre apenas a monopolização do território pelo capital (ALMEIDA, 2003, p. 343).

Por outro lado, os assentados ainda praticam uma série de outras atividades, características do modo de vida camponês e que lhes concede certa autonomia. Como expressado na fala do entrevistado, quando questionado sobre a variedade de produção da propriedade e para onde eram



destinadas: “Se a gente acha de vender a gente vende, mandioca, batata-doce, a verdura às vezes a gente leva pra cidade, vendia, mas daí eu parei, o combustível subiu demais, não compensa” (Família 3, março de 2022).

Outra estratégia de sobrevivência e recriação camponesa, encontrada no assentamento, foram alguns casos de arrendamentos parcelares. Conforme relato: “Na verdade tem um pouquinho arrendado, tem 5 hectares arrendado” (Família 1, março de 2022). A justificativa para o arrendamento de parte do lote é apresentada pelo próprio camponês: “Motivo? Por exemplo, se vai plantar, a muque não dá, né? Vai pagar, os caras fazem pra gente depois que fazer o deles, né? Daí você vai plantar fora de época, vai... vai apodrecer porque os caras não vão vir colher antes do deles, né? Então é falta de... falta de opção, né?” (Família 1, março de 2022). Dessa forma, o arrendamento acaba por ser uma condição de sobrevivência e resistência no campo: “Então é melhor você arrendar pra ele, que ele faz na hora certa, ele aduba bem, né? No fim você tem mais lucro do que... né? Tem mais lucro do que se fosse plantar” (Família 1, março de 2022).

Sendo assim, o camponês acaba garantindo parte da renda e evita que lhe seja toda expropriada pelos capitalistas.

O [arrendatário] me dá 80 sacas de soja limpinho, os dois alqueires e mais 15% do milho, né? Ó o milho esse ano tá bom aí ó, os dois alqueires vai dar 500 sacas [...] então dá mais do que eu arriscar plantar, né? Ó, o soja, o soja deu 40 sacas das 5 hectares, ele vai ter que me dar 80, tem que me dar 80 sacas, é o trato, né? O prejuízo vai ficar com ele, prejuízo não, porque é tudo segurado, né? (Família 1, março de 2022).

Todavia, como citado acima, são casos de arrendamento parcial, sendo que o restante do lote é destinado a outras variedades de cultivos e sob controle dos camponeses.

[...] meu lote é 20 hectares e eu tenho só 5 hectares arrendado o resto é eu que toco. Então parte do lote, vamos supor assim que 30% arrenda, mas parte do lote, não todo. Olha, aquele milho que tá ali penduadinho é meu, aqui pra cá também é meu, então essa parte eu planto, essa parte é eu que planto. (Família 1, março de 2022).

Na Imagem 01 é possível visualizar parte do lote visitado.

**Imagem 01:** Cultivo de milho e criação de gado no Assentamento Rio Perdido



Fonte: autor, 2022.

No caso desta família, eles também produzem leite que é vendido a um laticínio do município. A relação de monopolização imposta pelo capital industrial, neste caso, reduz, mas não faz desaparecer completamente a autonomia do camponês na organização do lote, isso se confirma nas escolhas internas, expressas na criação de porcos, galinhas, mandiocas entre outros produtos para autoconsumo, e que, via de regra, o excedente também é comercializado.

Nas palavras de Santos e Teló:

Nesta conjuntura, em que a indústria controla o processo de produção do camponês, a propriedade da terra aparece como garantia de relativa autonomia, frente às regras impostas no que se refere a técnicas de produção, infraestrutura necessária, possibilidade ou não de combinação com outras atividades, entre outros. Então, embora o pequeno produtor seja “dono” da terra, a autonomia - característica elementar na constituição do sujeito camponês - é reduzida ou quase extinta frente à vinculação com o mercado (2011, p. 161).

Destarte, a criação de gado é também uma estratégia para se manter em cima da terra, ou converter em benefício próprio a renda da terra, como o caso da Família 6. Segundo o entrevistado, depois de muita luta e bastante sofrimento, venderam algumas cabeças de gado e conseguiram adquirir um “carrinho um pouco melhor” que lhes auxilia nas caminhadas do dia a dia, como idas na igreja, para cidade e na casa dos vizinhos. Nesta perspectiva, Almeida (2003, p. 290) contribui: “[...] para o campesinato o gado tem função de garantir a reprodução do grupo familiar porque para ele acumulação tem sentido de melhoria das condições de vida, situação esperada por qualquer grupo social, caso contrário, seria idealismo”.

Sobre a melhoria na condição de vida, quando questionado sobre qual seria sua principal demanda na atualidade, um dos assentados afirma estar satisfeito com sua condição de vida. Referente a isso ele destaca: “Na minha idade já não tem muito o que... na verdade eu estou bem

instaladinho aqui já” (Família 1, março de 2022). Essa fala remete a 37 anos de luta, contando o tempo desde a ocupação da área, o entrevistado afirmou posteriormente, que no lote já havia 30 anos de trabalho, por isso de já estar bem instalado, com “água boa”, “casa boa”.

No geral, entre os camponeses paira o sentimento de estarem adequadamente instalados, isso se deve ao fato do assentamento já ser consolidado, uma vez que foi criado ainda na década de 1980. Contudo, um elemento importante foi identificado nos trabalhos de campo e diz respeito aos principais riscos e dificuldades vivenciados no assentamento. Neste caso, os camponeses apontaram os limites para conseguir créditos e financiamentos. Inclusive este é um dos motivos para o arrendamento de parte dos lotes, como pode ser observado na fala de um dos entrevistados: “O arrendamento, como se diz, a pessoa arrenda por falta de recursos, se vê hoje quase não financia mais, não adianta você financiar 2 alqueires de terra que vai ter que vender criação para pagar o banco que você pega, então não compensa” (Família 4, março de 2022).

Basicamente, sobre os arrendamentos parciais, as falas dos assentados apresentam quatro motivos principais. O primeiro deles está em torno da falta de maquinários para o plantio, manutenção e colheita:

Falta de máquina, insumo caro, horas máquinas para pagar é muito caro, como tem da associação, mas não tem os equipamentos necessários [...]. Não têm o maquinário para tocar, né? Daí vai depender dos outros, planta fora de época e na hora de colher, não tem quem colher. É essa a situação, né? Olha, tem essa patrulha agrícola, mas não tem uma plantadeira, não tem... ó, se tivesse uma plantadeira, a gente mesmo fazia, né? (Família 1, março de 2022).

Outros dois fatores são os altos custos de produção e a insegurança com o retorno, como expressada na fala a seguir:

Hoje ninguém pode fazer quase, porque as coisas encareceram demais, os insumos e coisarada, né? Hora máquina também, então não vence, o pequeno não vence [...] Acho que é isso aí mesmo, arrendam porque não podem comprar os insumos e pagar as horas [...] que tipo vai pagar a hora e comprar os insumos no preço que é? A semente também muito cara, pra fazer uma terra que nem essa minha, deixar plantada vai uns 40 conto [40 mil reais], né? E o cara ter os 40 ali pra, não é fácil, né? [...] que nem este ano o soja, ele deu um prejuízo sem tamanho, né? Você vê, aqui, esse quadro aí, ali é 2 alqueires, não chegou a dar 60 sacas, 2 alqueires, coisa que era acostumado a dar 200 e poucos sacos, não deu 60, então é aonde que uma pessoa, se ele não tomar por bem, pois ele quando ver, está enterrado (Família 5, março de 2022).

Por fim, o quarto motivo para o arrendamento, segundo os camponeses, se deve à falta de créditos para custear a produção: “Não é só eu que parou de plantar, vamos dizer, parou de plantar um pouco a mais por falta de crédito” (Família 2, março de 2022), o assentado complementa que os

arrendamentos começaram “depois que eles [os assentados] pararam de pegar crédito sim. Depois que não tiveram mais acesso a crédito de safra” (Família 2, março de 2022). Nesse sentido, também relata um pouco de como funcionava e como anda o acesso às políticas de créditos:

Teve aquela época ali que um, um aqui do assentamento, um podia ser avalista do outro, daí todo mundo tirava o Pronaf plantava, tirava e plantava de novo, né? Mas daí como vai passando, sei lá governo, vão mudando as leis, daí já não... daí quando veio, no primeiro Governo do Lula, quando ele fez aquele lá de 5 anos, válido por 5 anos foi uma maravilha. Você tirava o crédito, você não precisava de avalista nenhum, você tirava o crédito o ano que vem, na safra você ia lá e pagava num dia, no outro dia você podia retirar o crédito de novo. Isso valeu 5 anos [...] não lembro o nome, era um Pronaf, pra custeio, né? Pra planta. E, daí depois disso, agora pra você conseguir é só se você pegue um alguém que tenha documento da terra [...] que tenha título, tenha escritura para ser um avalista (Família 2, março de 2022).

Inclusive, os camponeses relataram dificuldade de compra até mesmo nas cooperativas do município, que somente comercializam insumos e produtos agrícolas mediante pagamento à vista, em dinheiro. Para abrir conta na mesma e conseguir comprar a prazo, o popular “fiado”, é preciso apresentar título da propriedade, ou ter um avalista que possua título.

A questão da documentação dos lotes é outro ponto importante identificado no assentamento, trata-se de uma demanda entre parte dos moradores. Esse desejo dos camponeses, no que diz respeito aos títulos da terra, não é compartilhado por todos, embora seja recorrente a fala entre eles. Neste sentido, um dos entrevistados comenta:

A maior demanda que nós temos, junto ao governo, assim, é sobre os títulos, pedir os títulos que... eu na verdade sou contra os títulos, mas é o que mais o povo grita que quer e tenta ir pra cima, vão conversar com um cara do INCRA e já pedem dos nossos títulos, né? Então seria, a demanda mais hoje, vamos por assim como uma documentação legal do assentamento [...] não é só eu que é contra os títulos, mas digo a maioria é a favor, então é a demanda do assentamento, da comunidade [...] pra mim não, eu gostaria de ter, não ter título, ter Concessão de Uso, mas já digo, a maioria quer título definitivo (Família 4, março de 2022).

Em seguida o assentado argumenta que a entrega de títulos representa um risco ao assentamento na medida em que “se vier o título pra, digo para os assentados aí, é já que acaba o assentamento e todo mundo vende as terras, só entra gente grande” (Família 4, março de 2022). Aqui se manifesta o temor na reconcentração fundiária, resultado da compra das terras por grandes fazendeiros, isso levaria ao fim do assentamento.

Já outro assentado que se coloca como favorável a entrega de títulos definitivos e afirma o oposto:

Se tivesse titulado e sim, pnhado os técnicos acompanhar, hoje nosso Assentamento era 100% melhor do que tá, não entregaram os títulos por um motivo, ou outro, nós não temos 18 famílias dos velhos aqui. Se tivesse entregados os títulos, animava o pessoal não ia vender assim porque conseguia acesso a financiamento, o INCRA liberou um financiamento ali, mas um financiamentozinho básico, que não deu de... tinha uma cotazinha ali sabe. Eu até conversei com algum que a cabeça é diferente, daí falou ‘é se largasse título, o pessoal não tão nem vencendo pagar as dívidas e daí ainda queriam título para pagar mais dívidas’, não é isso, não teve técnico, se vencia e pagar o financiamento e ter pago a terra que era 800 por ano, quem tinha filho na aula, mas tinha que ter acompanhamento técnico (Família 6, março de 2022).

Por outro lado, houve assentados que quando questionados se achavam que o MST poderia contribuir em alguma das demandas da comunidade, apontaram para parte documental dos moradores, não propriamente com entrega de títulos definitivos, mas buscar regularizar os que estão no espaço. Nas palavras do próprio entrevistado:

Eu acho que até poderia, pelo seguinte, nós estamos aqui a 30 anos e ninguém tem documento, nada. Alguém teria que ajudar nesse sentido aí, pra legalizar isso aqui não tem a averbação, não tem nada, né? Abandonado, não vem os técnicos do INCRA, nada e nessa parte aí o MST deveria de pegar nos pés dos homens lá, para legalizar isso aí. Tem gente aqui que faz 10, 12 anos que mora aqui e está irregular [...] Não vou dizer definitivo, né? Porque na verdade já era para eles terem feito isso aí, né? Já era pra ter. A lei diz que com 10 anos se tem direito no documento e nós já estamos com 30 anos aí [...] Claro que eu não tenho o que me queixar, eu tenho contrato de assentamento, carta de anuência, tudo, posso financiar o que eu quiser, né? Mas tem bastante gente aí que estão irregular. Então o INCRA deveria de legalizar. Quem tem direito tem, quem não tem, eles que deem um jeito (Família 1, março de 2022).

Era de se esperar certos descompassos entre os assentados, pois o assentamento não é um composto homogêneo, pelo contrário, assentamento e assentado são termos que encobre uma heterogeneidade de sujeitos, e estas diferenças entre estes sujeitos reflete na forma de organização de cada espaço de assentamento, já que elas não são superadas no ato da unificação da luta pela terra (FABRINI, 2003).

No que consiste a hipótese levantada no início da pesquisa, de que haveria certo distanciamento entre os camponeses assentados e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ou, pelo menos, entre as propostas cunhadas pelo Movimento ao longo dos anos, foi constatado que há sim este distanciamento e isso se deu a partir da concretização do assentamento.

A questão dos títulos representa, em certa medida, um descompasso entre alguns assentados e o MST, visto que o Movimento tem posicionamento contrário à entrega de títulos definitivos. Tanto que o MST afirma que “todas as famílias beneficiadas da reforma agrária receberão apenas títulos de concessão de uso, com direito a herança familiar, com dupla titularidade incluindo a mulher, estando proibida a venda das parcelas de terra de reforma agrária” (MST, 2014, p. 40).

Um dos assentados aponta este, como um dos motivos para ter ocorrido o distanciamento do Movimento: “Houve distanciamento pelas ideias de assentados e pela ideia do MST também [...] tem coisa do MST 100% boa e tem coisa que tem que ser debatido, que tu tem que concordar com um plano, seja do governo, seja do prefeito, que seja bom para a população” (Família 6, março de 2022). O assentado seguiu a fala proferindo algumas críticas aos governos petistas, não em sentidos pejorativos, inclusive afirma ser filiado ao partido e votaria de novo em qualquer dos candidatos à presidência pelo PT, jamais votaria nos “tucanos” (sic), mas que há governos de direita que estão se promovendo em cima de políticas de entregas de títulos, enquanto o MST e PT, segundo ele, vêm perdendo prestígio neste sentido dos títulos.

Entretanto, como aponta Oliveira (1991, p. 49):

É fundamental nos estudos sobre o campo, respeitar o direito que o campesinato tem de se expressar politicamente. É preciso entender que a resistência do camponês à expropriação, ao capital, vem de *dentro* do modo capitalista de produção, e não se expressa num universo particular e isolado (1991, p. 49, grifo no original).

Sendo assim, é compreensível que o camponês lute pela propriedade privada da terra. A terra é sua condição de existência, sem a terra ele não se recria e no capitalismo o que garante segurança jurídica à terra é o título. Inclusive, as falas dos camponeses indicavam de certa forma um mesmo sentido, visto que tanto os que defendem os títulos, quanto os que defendem o Contrato de Concessão de Uso, almejam a garantia de permanência e recriação, na medida em que querem estar “legalizados” e terem a possibilidade de acesso a créditos.

Também é importante enfatizar a diferença da propriedade privada capitalista, que tem como objetivo a exploração da mais valia, ou seja, explorar o trabalho de outros, enquanto a propriedade privada camponesa é garantia de reprodução do modo de vida camponês. Portanto, a propriedade privada da terra apresenta sentidos distintos entre camponeses e capitalistas, “pois os primeiros precisam dela para reproduzir-se como camponeses, os segundos, para explorar o trabalho alheio, para especulação e acumulação” (ALMEIDA, 2003, p. 304).

A partir das respostas dos assentados, constatamos também, assim como Almeida (2003), certo “limite das classificações sociais, das diferenças” (p. 281). Esta problemática, se dá, na medida que nem sempre fica claro para os camponeses assentados o que é fazer parte do MST. Consequentemente, vários dos assentados não se colocaram como alguém que faz parte do Movimento, mesmo estando desde o período de acampamento, da ocupação, em um assentamento do MST, inclusive tendo filho que hoje reside em pré-assentamentos do Movimento. Contudo, como dito, esta resposta está associada ao que os camponeses assentados compreendem em relação a “fazer parte do MST”, indagação que tentaremos responder a seguir.

Além do questionamento em relação a eles e aos parentes deles fazerem parte do Movimento, exploramos também, na entrevista, um possível distanciamento entre o assentamento, assentados e o MST. As respostas a esta segunda questão podem ser sistematizadas a partir da seguinte fala: “Nós que se distanciamos um pouco [...] Acho que por causa de muito trabalho né, o pessoal com muito trabalho para fazer e não sobrava tempo, porque aqui se trabalhava gente! Isso aqui era tudo manual, sabe? Tudo no braço” (Família 1, março de 2022). Ou seja, a partir do momento em que ocorre a concretização do assentamento, a territorialização, a demanda passa a ser a recriação do modo de vida camponês e a luta do Movimento Sem Terra acaba ficando em segundo plano, as demandas agora passam a serem outras.

Evidentemente que não significa que a luta acabou, pois tornar o lote produtivo, produzir para o autoconsumo e para comercialização faz parte da luta, é a luta na terra. Neste caso, o parâmetro de comparação para os entrevistados é com o período de acampamento, ocasião na qual realizavam produções coletivas organizadas em grupos. Portanto, quando membros do grupo se ausentavam para participar de atividades do MST, como reuniões e formações, tinha a sua ausência suprida pelos demais integrantes, além disso, as despesas da viagem também era custeada pelos demais. No entanto, as produções coletivas não se estenderam para o assentamento, por decisão dos próprios camponeses, e partiram para produção e organização em lotes individuais, logo os que fossem participar de alguma atividade não teriam mais um grupo para suprir sua ausência, a não ser a própria família.

A respeito desta questão, três elementos cabem análise. O primeiro se refere às práticas cooperativas no assentamento, o segundo a agroecologia como uma das propostas do MST, já o terceiro diz respeito ao uso do termo “luta” usado pelos assentados.

Sobre práticas cooperativas, o primeiro elemento a ser considerado, é necessário um posicionamento temporal. Pois, as propostas cooperativistas foram levantadas pelo MST no final da década de 1980 e início da década de 1990, período que coincidia com o processo de ocupação e consolidação do assentamento Rio Perdido. Sobre isso os entrevistados afirmaram terem existido discussões ou tentativas de montar cooperativas, associações ou mesmo um assentamento coletivo, mas não obtiveram sucesso. Chegaram a debater, porém sem resultados significativos.

Um dos assentados (Família 6, março de 2022) comenta que chegaram a levantar a possibilidade de formar uma agrovila, mas, seguindo a vontade da maioria, isso não aconteceu. Já o entrevistado da Família 3 comenta que buscaram criar uma associação para adquirir um moinho cilindro para milho e trigo, entretanto, não conseguiram entrar em acordo sobre como iria ser gerenciado, como demonstra esta parte da entrevista:

E na hora de montar a turma para trabalhar, como funcionaria, se iria alguém definitivo, aquele teria que ganhar uma porcentagem por mês. Ou dividia entre o grupo o pessoal, para cada um trabalhar um dia, aí não fechou. Quem queria pegar para tocar queria muito o valor da mensalidade, depois... por dia era muito difícil porque, fosse colocar onde for, digamos lá na comunidade, ficaria mais perto, mas sempre para alguém ficaria mais longe. Então esses já não quiseram. Não funcionou. (Família 3, março de 2022).

Segundo os entrevistados, nas discussões em relação a cooperativas, por vez pairava algum tipo de desconfiança de alguns sobre outros, isso em termos econômicos e seria esse um dos motivos para não terem constituído uma cooperativa do assentamento. Os entrevistados afirmam ainda que, “foi encaminhado tudo, para sair uma cozinha agrícola ali em cima [na sede da comunidade], uma padaria, né? Pra produzir doces. Teve até, até liberado tinha sido e eu não sei para que rumo tomou aquilo” (Família 3, março de 2022), deste modo, o assentado prossegue e comenta que receberam auxílio de membros de outro assentamento e outros integrantes do MST, mas como já destacado na fala, não soube informar que rumo tomou os encaminhamentos práticos.

Como já anunciado por Roos (2009), apesar de não terem formado cooperativas, os camponeses do assentamento desenvolveram outras formas de cooperação, como relata o entrevistado:

[...] no começo tinha bastante coisas coletivas, por exemplo: eu comprei uma trilhadeira aí com mais um sócio, né? [...] uma trilhadeira, um motor um quirereiro [triturador de milho], para nós dois ocuparmos, porque cada uma não podia comprar, né? E funcionou tempo, até que a trilhadeira ficou muito velha, estragou o motor e tal, mas nós fazíamos o nosso trabalho, triava o nosso milho aqui [...] e fazia para os vizinhos todos aí, nós fazíamos o trabalho. Debulhar milho, feijão. (Família 1, março de 2022).

Estas atividades cooperadas entre os camponeses são ações para resistir e sobreviver no campo, em última instância são estratégias de luta na terra.

Além disso, como Fabrini (2003) comenta, as cooperativas no oeste paranaense, são os principais elos de articulação entre os assentados e o Movimento, neste sentido, a ausência de cooperativas no assentamento pode ser um dos elementos que pesa quando se trata do distanciamento entre os camponeses do Rio Perdido e o MST.

O segundo elemento a ser aqui considerado se referente à agroecologia. Esta é uma das propostas do MST para os assentamentos, como já destacamos no segundo capítulo deste trabalho. A agroecologia, propriamente dita não foi citada entre os assentados, ponto que demonstra que o assentamento não acompanha parte dos desdobramentos sociais e políticos do Movimento ao longo do tempo, entretanto, o que chegou mais próximo desta pauta, foram as tentativas de produção orgânica, como relata o camponês entrevistado:



Teve um cara que veio aqui, um técnico do Movimento e um do INCRA [...] vinha uma vez por mês fazer palestra, como se lutaria, né? Com o plantio orgânico e também sobre o pasto, com o manejo do pasto. Até fizemos várias vezes ali, ele trazia filmado tudo, né? E a gente cercava de lona embaixo do galpão e ele passava pro pessoal. Então, fazia aqui no meu grupo, depois ia pra outro grupo e acho que foi uns dois anos foi feito isso. Mas o plantio orgânico, digamos, ele dá individual, mas eles queriam que fosse comunitário, né? E daí comunitário o pessoal não concordou. (Família 3, março de 2022).

Sobre o mesmo assunto, outro camponês comenta que houve várias tentativas, mas que infelizmente não se concretizaram e que um dos motivos para não ter ocorrido poderia ser a falta de união entre os moradores do assentamento. Segundo ele “teria sido muito bom que tivesse acontecido” (Família 6, março de 2022), pois se evitaria os venenos nas lavouras e a qualidade dos alimentos seria muito melhor.

Neste ponto, cabe lembrar Borsato e Carmo (2013) que apontam para certa contradição entre as propostas do Movimento Sem Terra, na medida em que Movimento propõe uma nova forma de produção, mas tem enorme dificuldade em conseguir garantir a reprodução no assentamento. Sendo que, no assentamento analisado, a produção orgânica não se consolidou e mesmo os assentados mantendo uma variedade de produção para autoconsumo, boa parte do lote é destinada a forma de produção convencional.

Já o terceiro elemento, referente ao uso do termo “luta” usado pelos assentados, foi possível constatar o uso do termo evidenciando pelo menos dois significados distintos e que são vistos aqui como referência para compreender o que os camponeses entendem por “fazer parte do Movimento”.

O primeiro significado atribuído ao termo luta “pode ser utilizado para representar as atividades cotidianas, a luta pela sobrevivência, ou seja, a do dia-a-dia do pobre” (ALMEIDA, 2003, p. 281), no caso, ao dia-dia do camponês, elucidado na seguinte fala a respeito das causas do distanciamento entre o assentamento/assentados e o MST: “Foi caindo [Motivo?] Aí que tá, aí tem vários motivos, mas um motivo o povo foi meio sossegando, cuidando cada um dá sua luta” (Família 6, março de 2022), neste contexto, “sossegando” se refere à falta de articulação dos assentados com as demais instâncias do Movimento, enquanto o termo “luta” quer dizer que “cada um foi cuidar do seu terreno, plantar e produzir, né!” (Família 6, março de 2022).

Já o segundo significado expresso pelo termo, toma “contornos de luta específica, bem como luta de classe, sendo que essa última propõe um conjunto de enfrentamentos políticos” (ALMEIDA, 2003, p. 281). Por sua vez, este sentido ganha contorno quando os camponeses avaliam os distanciamentos e aproximações com o MST, pois quando os assentados afirmam que estão distanciados ou que não fazem parte do Movimento estão se referindo a não estarem mais

participando de atividades políticas de enfrentamentos organizados pelo Movimento Sem Terra, bem como marchas, manifestos, ocupações, reuniões, entre outras atividades.

Quando questionado se ele ou alguém da sua família fazia parte do MST, o assentado responde: “Acampado tem né, assentado. Mas na luta acho que não, que eu saiba não” (Família 6, março de 2022), neste caso, um familiar reside em um pré-assentamento do MST, entretanto o entrevistado não o percebe como alguém “na luta”, como se para ele, para fazer parte do Movimento é preciso, digamos, estar em “movimento” participando de manifestações, marchas, formações, congressos, entre outras atividades.

Outro entrevistado, quando questionado se fazia parte do MST, responde: “Como que fica?” (Família 2, março de 2022), pois havia um membro, já falecido, que participava bastante, de reuniões, formações e organização de acampamentos, enquanto o entrevistado não participava de tal forma. Em seguida, comenta que desde o período de acampamento os demais moradores do município se referiam a eles por “Os Sem Terra” e afirmou que isso permaneceu mesmo após o assentamento, após a reflexão, afirmou que se considera do MST e que também tem filhos que atualmente estão em um pré-assentamento do MST.

Há outra fala deste entrevistado que, de maneira subentendida, enuncia uma escala de integração com o MST, circunscrita na palavra “mais”, “no caso do [filho] ele se ingressou mais no Movimento quando foi lutar pelo terreno dele mesmo” (Família 2, março de 2022). Por outro lado, essa fala também manifesta parte do processo de territorialização e recriação camponesa dentro do capitalismo.

Portanto, impedidos de deixar uma herança em terra, com um lote que já não comporta a segunda geração, desiludidos com a cidade (muitos dela retornaram), é comum encontrarmos na fala do pai o apoio dado ao filho para conquista de outro lote de terra, seja via casamento, acampamento ou compra (ALMEIDA, 2003, p. 294).

Por fim, os dois significados encontrados no termo “luta”, remetem aos enfrentamentos dos camponeses assentados na luta pela sobrevivência e recriação, ou seja, pela territorialização camponesa.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho apresentamos algumas das contradições do processo de territorialização camponesa dos assentados do Rio Perdido, bem como alguns distanciamentos e aproximações com as propostas e organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Em síntese, é notória a atuação política dos camponeses, que de maneira autônoma e a partir de outras experiências vividas se organizaram para enfrentar o latifúndio. Uniram forças pela necessidade de sobrevivência, como aponta Fernandes (2000).

O assentamento em questão é a materialização do modo de vida desses camponeses, é a materialização do sonho e da luta pela terra. Neste processo a organização proveniente do MST foi, sem dúvida, importante para concretização do assentamento.

Portanto, o distanciamento entre os camponeses assentados e o Movimento, levantado como hipótese deste trabalho, se dá na medida das mudanças na “luta” central. Durante o acampamento a luta era para conquistar a terra e isso cria um vínculo maior entre o Movimento e os camponeses, já depois de assentados a “luta” central passa a ser a sustentação do lote, a manutenção da terra conquistada.

Neste caso, o distanciamento se deu no marco da contradição, pois foi produto justamente da aproximação que em algum momento existiu com maior intensidade, levando à territorialização dos camponeses. Ou seja, o distanciamento de hoje é resultado da aproximação de antes. A aproximação, fazer parte do Movimento, foi condição para que os camponeses pudessem tocar suas “lutas” mais individuais atualmente, gerando certo distanciamento do MST.

Entretanto, o vínculo com o Movimento continua, como os próprios camponeses afirmaram: “Respeito o MST como uma autoridade” (Família 6, março de 2022); “Minha filha que mora no [nome da cidade] esteve lá, ela disse ‘mas quando que eu vou estar gritando pelo MST lá na cidade’ eu falei, pois é, se criou-se ali, né? O MST que ajudou nós, você é pobre com cabeça de rico, ah, mas eu digo mesmo” (Família 3, março de 2022); “Me considero [do MST] e tenho filhos no pré-assentamento” (Família 2, março de 2022).

Então, conclui-se que, como resultado, em concordância com Fernandes (2000), os Sem Terras, os assentados são o Movimento, mesmo que existam aproximações ou distanciamentos, afinal são contradições do próprio processo de territorialização camponesa.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 3º ed. São Paulo: Edusp, 2007.
- ALMEIDA, R. A. **Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul**. 2003. Tese (Doutorado em Geografia) – Curso de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.
- ALMEIDA, R. A.; PAULINO, E. T. Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações. **Geografia**, Londrina, v. 9, n. 2, p. 113-127, jul./dez. 2000. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/10164>. Acesso em: 11 de abr. 2022
- BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S.. O MST e a edificação de uma proposta de reforma agrária baseada em princípios agroecológicos. **Retratos de Assentamentos**, v.16, n.2, 2013, p. 221 – 243. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/148>. Acesso em: 11 de abr. 2022
- CARLETO, P. E.; PIRES, A. J.; SCHMITZ, N. M. H. Assentamento Rio Perdido: história e mobilidade social (1985 – 2007). **Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE**, da Secretaria de Estado da Educação – SEED/PR, 2007-2008. Disponível em <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/714-4.pdf>. Acessado em 21 de dez. 2020.
- FABRINI, J. E.; MARQUES, E. B.; ROOS, D. A espacialização da luta pela terra no Paraná. **Espaço Plural**, n. 16, 1º Semestre, 2007, p. 33 – 41.
- FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa nos assentamentos de sem-terra**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.
- FABRINI, J. E. O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato. **Terra livre**, São Paulo, ano 18, n.19, p. 75- 94. jul/dez 2002.
- FÉLIX, I. M. C. O Campo em Questão: O Debate a Cerca dos Paradigmas Agrários a Partir do Entendimento do Território. **Boletim DATALUTA** – Artigo do mês 2: março de 2015.
- FERNANDES, B. M. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**, São Paulo, n.15, p.59-85, 2000.
- FERNANDES, B. M. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. Tese (livre-docência) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n], 2013.
- FURTADO, L. MST ultrapassa 6 mil toneladas de alimentos doados durante a pandemia. **MST**. Notícias. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/01/14/mst-ultrapassa-6-mil-toneladas-de-alimentos-doados-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 20 fev. 2022.
- GERMER, C., O Estado e a Questão Agrária. **Geosul**, Florianópolis, v. 29, p 11-38, jul./dez. 2014.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido comunista**. ed. 5. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MOTTA, C. MST no mercado financeiro, banco de esquerda... ‘Incoerência seria não fazer’. **MST**; 22 de novembro de 2021. Notícias. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/11/22/mst-no-mercado-financeiro-banco-de-esquerda-incoerencia-seria-nao-fazer/>. Acesso em: 20 fev. 2022.

MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O avanço da luta pela terra. **MST**. O MST: nossa história. 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/00-04/>. Acesso em: 20 fev. 2022.

MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Disputa entre dois modelos agrícolas. **MST**. O MST: nossa história. 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/05-14/>. Acesso em: 20 fev. 2022.

MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Programa Agrário do MST**. VI Congresso Nacional do MST, fevereiro de 2014.

REDAÇÃO. Quer investir nas cooperativas ligadas ao MST? Saiba como, passo a passo. **Brasil de Fato**. São Paulo – SP, 02 de Setembro de 2021 às 17:58. Geral. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/09/02/quer-investir-nas-cooperativas-ligadas-ao-mst-saiba-como-passo-a-passo>. Acesso em: 20 fev. 2022.

ROOS, D. A luta pela terra em quedas do Iguaçu e a conquista camponesa dos assentamentos Celso Furtado e Rio Perdido. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Seção Três Lagoas/MS, nº 13, ano 8, maio 2011. p. 53 – 86.

ROOS, D. Lutas Camponesas e Diferentes Atividades Associativas nos Assentamentos de Sem-Terra. **Revista NERA**, nº. 14, ano 12, jan.-jun., 2009. p. 97-111.

ROOS, D.; PAULINO, E. T.; SOARES, G.; MONTENEGRO, J.. Protagonismo da reforma agrária no Paraná em época de pandemia: as ações de solidariedade do MST em fatos e fotos. **Geografia em Questão**. v.13, n. 03, 2020, p. 179-201.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **REVISTA NERA**, n. 7. Jul./Dez. 2005.

SILVA, A.; SOBREIRA, J. B. S. Finapop: uma ideia em experimentação. **Brasil de Fato**. João Pessoa – PB. 03 de Junho de 2021 às 12:43. Variedades. Disponível em: <https://www.brasildefatopb.com.br/2021/06/03/finapop-uma-ideia-em-experimentacao>. Acesso em: 20 fev. 2022.

SILVA, A. T.; SOBREIRA, J. B. S. Conheça o Finapop, financiamento voltado para áreas da reforma agrária. **Brasil de Fato**. João Pessoa – PB. 04 de Junho de 2021 às 09:32. Opinião. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/06/04/artigo-conheca-o-finapop-financiamento-voltado-para-areas-da-reforma-agraria>. Acesso em: 20 fev. 2022.

STEDILE, J. P. Questão Agrária. CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.. ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 641- 646.

ZENERATTI, F. L. O debate paradigmático na geografia agrária: divergências e convergências na abordagem territorial. **Boletim DATALUTA** – Artigo do mês: junho de 2014.

ZENERATTI, F. L.; LIMA, C. L.; VALCARENGHI, G. C. A luta camponesa pela formação do assentamento Celso Furtado e o impactos da reforma agrária no município de Quedas do Iguaçu/PR. **Revista Geografar**, Curitiba, v.15, n.2, p.423-447, jul. a dez./2020.

## APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas semiestruturado para pesquisa de campo

### ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO PARA PESQUISA DE CAMPO

#### A) IDENTIFICAÇÃO

Nome: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_ Assentamento: \_\_\_\_\_

Tamanho do Lote: \_\_\_\_\_

O que produz no lote (Para venda e para consumo): \_\_\_\_\_

Para quem é vendida a produção (nome da empresa ou da cooperativa) \_\_\_\_\_

Condição em relação à terra: ( ) Assentado ( ) Arrendado ( ) Comprado de assentado

( ) Outro – explique: \_\_\_\_\_

Número de pessoas que fazem parte da família (reside lote)?

Primeiro Nome	Parentesco	Idade	Trabalha no lote	Trabalha fora (Explicar Assalariado?)	Escolaridade

#### B) DINÂMICA DO LOTE (Assentamento)

1) Como foi seu ingresso (da família) no acampamento, foi por conta própria, incentivo de alguém, de algum Movimento Social? Quais motivos lhe fizeram acampar?

2) Sabe me dizer quem era o antigo “proprietário” da terra? E porque foi escolhida essa área para ocupar?

3) Como era a relação do acampamento com o MST no início da ocupação? A decisão de ocupar foi do MST?

4) Havia reuniões entre os acampados e o dirigentes do MST? Sobre o que se falava nessas reuniões?

5) Como era a organização no acampamento? Havia grupos/núcleos de base, setores? Quais? Você fez parte de algum deles?

a) Quando foi assentado, essa organização continuou?

6) Havia discussão sobre como seria organizado a produção no assentamento? (discussão durante o acampamento e depois no assentamento).

- a) Falavam em fazer um assentamento coletivo, montar uma cooperativa? Associações? Produção orgânica?
- 7) Relação da comunidade com a igreja, sabe sobre o contato que Monsenhor Eduardo tinha com a comunidade?
- a) Essa relação com a igreja mudou desde então até agora?
- 8) Quais eram as demandas, as lutas quando aconteceu o assentamento?
- 9) Como foi a relação do assentamento com o governo/Estado? Tiveram políticas de crédito, financiamentos para plantio, construção de casas, de benfeitorias? Construção de escola? De estradas?
- 10) A partir desse momento, houve um distanciamento do assentamento com o MST? (Se sim, por quê?).
- 11) Qual a sua principal demanda hoje? Qual a principal demanda da comunidade?
- 12) Em quais demandas da comunidade você acha que o MST pode contribuir hoje?
- 13) Há uma atuação do Movimento na comunidade hoje? De que forma? Reuniões, ações de solidariedades, organização de manifestações?
- 14) Havia lemas, palavras de ordem que eram gritados na época de acampamento? Algum ainda é gritado nas ações do movimento?
- 15) Você ou alguém da sua família faz parte do Movimento? O que você ou essa pessoa fazem?
- 16) Em algum momento já pensaram em vender o lote? Por quais motivos pensavam em vender?
- 17) Em algum momento pensou em arrendar seu lote?
- 18) Sebe se é comum os assentados arrendarem seu lote? Saberria dizer por que existe arrendamento de lotes no assentamento?



## ANEXO A – Croqui com os lotes do Assentamento Rio Perdido

### Croqui com os lotes do Assentamento Rio Perdido

